

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.ª Secretário** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão Extraordinária
11 de novembro de 2022** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 5.ª Sessão Ordinária
19 de dezembro de 2022** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correia*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, a primeira de 2023, desejando que tenham tido uma ótima entrada no ano de 2023, um ano que tem sido particularmente difícil para todos. Queria cumprimentar os Senhores Deputados das várias Bancadas da Assembleia, cumprimentar o Executivo, na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar o público aqui presente e as pessoas que nos seguem por esse mundo fora através do recurso à transmissão *online* desta Assembleia Municipal e também a comunicação social. Desejar um excelente dia de trabalho desta Assembleia.

Voto de Pesar

Não posso deixar de propor a esta Assembleia Municipal, espero que todos me acompanhem na proposta, recebemos recentemente a notícia da perda por falecimento de um dos nossos Deputados Municipais, o Senhor Deputado *José Manuel Trovisco* e queria propor um voto de pesar com um minuto de silêncio, pela morte do nosso Deputado Municipal.

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Senhor Deputado da Assembleia Municipal de Mirandela *José Manuel Trovisco*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Informo ainda a Assembleia Municipal de Mirandela que esta Mesa recebeu, por parte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, umas luvas de boxe e umas luvas de boxe acompanhadas por um projeto de intenções, que visa sensibilizar o poder autárquico e concretamente todas as Assembleias Municipais do país, para o problema da doença oncológica em Portugal, que é um problema cada vez mais sério e sobretudo na nossa região ele assume contornos e dimensões extremamente importantes, assenta

fundamentalmente no combate a esta sensibilização à doença oncológica, na prevenção, na mudança de estilos de vida e no rastreio precoce e portanto, simbolicamente a Liga Portuguesa Contra o Cancro, quer de alguma forma sensibilizar os eleitos locais, para eles próprios, que têm proximidade com as populações, sensibilizarem e desencadear as ações necessárias para que nós tenhamos nesta luta sucessos cada vez maiores.

Como sabem, a medicina tem vindo a registar progressos consideráveis na área da doença oncológica e esta matéria é uma matéria de maior interesse e a Mesa assume já aqui o compromisso de, ao longo do ano, desencadear iniciativas, quer em Comissão Permanente, quer eventualmente na própria Assembleia Municipal, de sensibilização para este problema, que de alguma forma nos afeta a todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Bom dia a todos e desejo que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*;

O Senhor Deputado *José Manuel Trovisco* é substituído pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Morais Pontes*;

A Senhora Deputada *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

A Senhora Deputada *Matilde Isabel Antunes Machado* é substituída pela Senhora Deputada *Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira*;

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*.

Registo de Faltas.

Rita Bárbara Pires Messias, José Manuel Trovisco, Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo, Joaquim António Morais Clemente, Matilde Isabel Antunes Machado, Camila Padrão Fraga, Jorge Humberto Fernandes.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *José Manuel Trovisco*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *Matilde Isabel Antunes Machado*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

- *Jorge Humberto Fernandes*: Sessão de 24 de fevereiro de 2023.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 4.ª Sessão Extraordinária de 11 de novembro de 2022 e Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Em relação ao expediente, estive a analisar a correspondência que foi enviada e queria primeiro perguntar se a correspondência considerada são só as cartas que são recebidas ou enviadas por parte da Assembleia Municipal, ou se os *e-mails* também contam e nesse sentido eu tinha enviado um *e-mail* que não aparece aqui na correspondência e também não tive uma resposta e nesse sentido, queria saber se existe aqui algum compasso de espera para responder, ou se têm alguma resposta para me dar?

Em relação também à correspondência, existe aqui na listagem enviada do Município de Bragança que diz respeito à Moção, só que a Moção não vem anexa na correspondência, queria também saber se ela foi enviada ou se só foi meramente uma comunicação da Moção e se não, porque é que não tivemos acesso à Moção?

Quero dirigir à Bancada Municipal do Partido Socialista e à Comissão Política as condolências, por parte da Bancada Municipal do Partido Social Democrata, pelo falecimento do Engenheiro *Trovisco*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Carlos Carvalho, relativamente ao expediente a Mesa da Assembleia Municipal junta um conjunto de registos, com todo expediente não descrito, coloca como sabe algum expediente descrito e digitalizado nas pastas da documentação mas tem uma listagem de todo o expediente que pode ser consultado. Nem todo expediente, até por uma questão de dimensão e quantidade dos próprios documentos é colocado lá, pese embora possa sempre, como disse, utilizar o horário outra através de *e-mail* solicitar individualmente uma outra situação.

Julgo que esse expediente de *e-mail* a que se refere tem a ver com uma questão sua relativamente à Assembleia Jovem. O assunto está a ser tratado, inclusivamente a sua Comissão Política sabe que está a ser tratado, já foi tratado na Comissão Permanente, está a ser conduzido, penso que dentro dos *timings* esperados. De qualquer das maneiras trataremos de lhe responder ao seu *e-mail* que é um *e-mail* enviado diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia, logo que seja possível e depois também de reunirmos toda a informação junto das pessoas que estão designadas também para essa situação.

Relativamente à Moção, nós estamos a analisar e durante o dia de hoje vamos aqui, *in loco* fazer uma tomada de posição sobre esse assunto.

Agradecer as condolências naturalmente por todos.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 4.ª Sessão Extraordinária de 11 de novembro de 2022.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A Mesa regista três inscrições. Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Munícipe *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Bom dia, chamo-me *Manuel Brízido*, vivo em Mirandela no bairro do Tua Sol, do qual irei falar.

Senhor Presidente, gostava de saber qual é o ponto da situação que se vem a falar consecutivamente em relação ao equipamento do bairro Tua Sol, parque infantil, tirolesa.

No Conselho Municipal de Segurança a Senhora Presidente pronunciou-se que está escrito em ata e há testemunhas em que o equipamento não complementa exatamente de que está muito próxima de uma zona habitacional se reconhece isso, está à espera outra vez de quê, para retirar o mesmo e não nos fazer sofrer mais.

Senhora Presidente, vou às assembleias, vou ao Conselho Municipal de Segurança, vou às Reuniões e a resposta é sempre a mesma, “vira o disco toca o mesmo”, esta cassete já começa a ficar riscada.

Senhor Presidente, não sei se é a Senhora Presidente a ler no livro do Senhor Vereador *Vítor Correia* ou ao contrário, ou seja, diz o Senhor Vereador *Victor Correia* que nas escolas também fazem barulho, claro que sim, que eu também já fui aluno de escola primária, mas não tem nada a ver o barulho que é feito de dia e o barulho que ali é feito de noite e não importa a que horas.

Senhor Presidente, todos os envolvidos na situação que nos estão a fazer passar e que já nos fizeram passar, que um dia sofram o mesmo e depois vão sentir “o que é bom para a tosse”.

Senhor Presidente, tenho conhecimento que já foi falado em Comissões Permanentes que a tirolesa é ilegal. Pergunta-se à Senhora Presidente, porque se isso acontece e já aconteceu, o que é que está a fazer e à espera de a retirar?

Coloque-a onde quiser, deve ter muitos lugares onde a colocar, se não volto a dizer, coloque-a à porta de quem a quiser.

Senhor Presidente, sei que a Senhora Presidente não gosta que lhe façam frente, não lida bem com as verdades, se não depois faz “birrinha”(ria, mas a mim não me importa que se ria, pode-se rir na minha frente, não se ria é por trás).

Senhor Presidente, quem meteu a Senhora Presidente na Câmara foram os mirandenses, agora vai buscar gente fora, vai-se lá saber porquê, um dia “zangam-se as comadres e sabem-se as verdades”, quero dizer com isto que a Senhora Presidente não está a acrescentar nada a Mirandela. Se encontrou uma Câmara mal quase quero crer e não sou sozinho a crer o mesmo, que ainda vai ficar pior.

Senhor Presidente, não se compreende porque é que a Câmara Municipal de Mirandela cada vez está mais endividada pergunta-se, onde é que irá o dinheiro parar?

Senhor Presidente, tenho a perceção e se estou enganado peço desculpa, que a Senhora Presidente deve lidar mal com a nossa amizade, mas esta amizade já é uma amizade sólida e que já vem de há muito tempo, não foi a política que nos uniu na amizade e espero que vá continuar e desde já e aqui posso citar, o nosso muito obrigado àquilo que tem feito por mim e pela minha família e espero que a política não nos vá arredar do mesmo.

Senhor Presidente, quero deixar aqui um elogio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela por nos ter deixado o bairro Tua Sol tão bem limpo, como isso aconteceu há dias. Muito obrigado.

Senhor Presidente, quem gosta não faz sofrer, mas um dia que Deus dê o pago à Senhora Presidente, julga-se muito grande mas o Titanic também era muito grande e também se afundou! A Senhora Presidente não é dona do universo, não é dona da Câmara de Mirandela, a Câmara de Mirandela também é minha, é de todos nós.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente não olha a meios para atingir fins, isto é verdade se fosse em 2017, ou se fosse em 2018, ou se fosse em 2019, o caso da tirolesa já estaria resolvido, hoje está-se, desculpando o termo da palavra, marimbando para quem tão bem lhe fez.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Munícipe *CRISTINA PASSAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Começo por referir que sou discípula de *Eça de Queirós*, o quer dizer que tenho muitas dificuldades em dizer muito em poucas palavras, pelo que peço desculpa se me alongar, mas quando a indignação toma conta de nós, também é difícil conter as emoções que nos ocorrem, e como tenho como princípio que é em casa que os assuntos se devem resolver, aqui venho eu dar conta da minha descrença e formular um pedido à casa da democracia, que foi votada por sufrágio pelos mirandenses, nobre Assembleia cheia de notáveis que assumiram o compromisso de defender Mirandela, os mirandenses e os seus superiores interesses.

Indo então ao assunto, e porque penso que o dia 26 de janeiro de 2023, foi um marco importante para nós agricultores, que á semelhança do que acontece com outras classes profissionais, como por exemplo os professores, fomos de forma ordeira mas firme para a rua, reivindicar e dar eco do desespero e abandono que o setor atravessa.

Assim, congratulo toda a organização, desde da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal às 80 associações que representam as várias fileiras da agricultura, que vieram de todo o norte e dos Açores e mobilizaram milhares de agricultores, que nem a chuva nos desmobilizou para denunciar o genocídio institucional que o setor agrícola atravessa em Portugal, enfrentando o desmantelamento de serviços que levaram décadas e décadas a consolidar.

Obrigada *Francisco Pavão*, obrigada *Beatriz Pilão*, obrigada *Carlos Carvalho* e demais dirigentes associativos.

Sabemos quando vale o setor agrícola no vosso concelho e no distrito?

Sabemos quantos postos de trabalho assegura, direta e indiretamente?

Sabemos o que poderá acontecer que não soubermos renovar o setor com a instalação de jovens agricultores?

E qual é a idade média do agricultor em Trás-os-Montes?

Talvez não saibamos ao certo, mas tenho a certeza que sabemos que Mirandela terá muito a perder se o setor definhar.

Será a desertificação total das nossas freguesias, o abandono dos campos e com as graves consequências inerentes.

O empresário agrícola, sim um agricultor é um empresário, tem as suas contribuições para a Segurança Social, paga impostos, salário e etc... obviamente como qualquer empresário.

Mas há uma grande diferença, uma enorme diferença com os outros setores, é que além da Covid-19, da escassez de matérias-primas originada pela guerra na Ucrânia, uma palavra a todos os ucranianos, hoje no dia 24 de fevereiro e a consequente inflação, subida de taxas de juros, que é um flagelo para todos os empresários.

A empresa do agricultor não tem teto...

Pois é, uma empresa sem teto, e fica à mercê das secas, das intempéries, dos fogos e calamidades num país que hoje lhe está a virar as costas.

Sim, pergunto eu, já imaginamos, cada um de vocês aqui presentes, se perdêssemos todo o nosso rendimento anual? O nosso emprego?

Pois é meus senhores, mas foi o que aconteceu a muitos agricultores da Terra Quente em 2022? A muitos... pois a seca foi dizimadora para a olivicultura, frutos secos e apicultura e pastorícia. Onde estão as ajudas prometidas para minimizar os prejuízos? Nem sequer vos vou maçar com mais pormenores, porque o Senhor Secretário Geral da CAP Eng.º *Luís Mira* e o Senhor Presidente Eng.º *Eduardo Oliveira e Sousa* dissecaram muito bem esta triste realidade e todos podem ter acesso através de uma consulta digital.

Se isto é muito grave, o que vem a seguir com a extinção das Direções Regionais de Agricultura e a concentração das suas competências nas CCDR's é pior ainda.

Perguntamos nós, agricultores o porquê do desmantelamento das estruturas que nos apoiam? Que mal fizemos?

Sim, a nós não nos dão dinheiro para não fazer nada... mas há quem queira...

Nós apenas queremos investimentos estratégicos públicos e apoio que procure minimizar as externalidades a que a atividade agrícola está sujeita.

Investimentos que nos ajudem a ser mais produtivos, de forma a contribuir para uma agricultura sustentável, quer ao nível empresarial, quer ao nível ambiental...

E nós mirandenses, nomeadamente a Senhora Presidente da Câmara que tanto nos ajudou para que a sede da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte fosse em Mirandela, cruzamos os braços e pronto!!!

Não meus senhores!!! Acho que não, porque sou bisneta, neta e filha de agricultores, homens e mulheres de trabalho e valores, eu e todos que os estavam na manifestação, pelo que não podemos ficar calados, porque “água mole em pedra dura tanto bate até que fura!!!”

E nós aqui, nesta Assembleia Municipal, que fomos tão lesto a criar o Conselho Municipal de Agricultura, agora vamos ficar calados? Impávidos e serenos? Sem fazer chegar um manifesto de repúdio ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e à CIM das Terras de Trás-os-Montes pelo assalto descarado aos serviços de proximidade que o território conseguiu a pulso?

Assim, deixo um repto, se assim entenderem, que seja autorizada apresentar uma PETIÇÃO para ser votada contra a deslocalização das competências da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte para a CCDR-Norte e se for votada favoravelmente que façam eco do nosso descontentamento através das vossas vozes, das vozes que representam Mirandela e os mirandenses e os seus superiores interesses.

Mas, não me fico por aqui... e se por ventura estiver enganada, peço que me interrompam e me corrijam, porque aqui também vou dizer que fiquei incrédula, mas se no limite entendo que os Senhores Deputados do distrito de Bragança do PS não marcassem presença na manifestação, não posso deixar de referir que o Exmo. Senhor Deputado Professor *Sobrinho Teixeira* não deixou de vir a público, uns dias antes, expor a sua posição face à situação da manifestação, é com muita estupefação (ou não) que verifiquei que o Deputado do PSD nem quis conversa connosco...

É pena, muita pena porque quando é necessário ir pedir um voto lá nos confins de um beco numa aldeia, todos vão, mas quando é necessário estar ao lado de quem acreditou e lhes entregou o que mais valioso que tem a democracia, isto é o voto, ninguém teve a coragem de calçar as botas e estar ao nosso lado...

“- Quem estará nas trincheiras ao teu lado?”

- E isso importa?

- Mais do que a própria guerra.”

Este diálogo, atribuído ao escritor americano *Ernest Hemingway*, é de uma beleza ímpar, porque reflete a importância de escolhermos bem nossas companhias e alianças nas batalhas que escolheremos travar na vida.

Para finalizar este assunto deixo uma palavra de agradecimento a todos os comerciantes de Mirandela que foram solidários com a nossa causa e a toda a comunicação social.

Mas sou das portuguesas e portuguesas, que alinhada com o Senhor Presidente da República, não quero eleições antecipadas.

Portugal tem de trabalhar e avançar e rapidamente, e não se enredar em eleições atrás de eleições que só prejudica quem precisa que o PRR e que o Portugal 2030 seja rapidamente operacionalizado, mas considero que uma maioria absoluta não é o Absolutismo... de todo... pois isto traz-me à memória o célebre episódio de quando no alvoroço da Revolução Francesa, a *Maria Antonieta* no alto da sua realeza, perguntava:

“Porque está o Povo nas ruas?”

Porque não tem pão, sua Majestade

Não, tem pão? Então que comam brioche...”

É mais ou menos como nós, agricultores em Trás-os-Montes, ora vejamos... não temos redes hídricas, barragens e albufeiras que possam minimizar os efeitos catastróficos das secas severas, cujas alterações climáticas apontam que se venham agravar, e que poderiam fomentar a sustentabilidade da agricultura, e permitir que o pequeno e grande agricultor possa potenciar a produtividade e competitividade do setor, mas abrem concursos para investimento em painéis fotovoltaicos!

Isto é, não há pão, mas há alguns brioche, não há água, mas há painéis fotovoltaicos, para os grandes claro, porque para o pequeno agricultor isso é uma miragem...

Assim, só me ocorre dizer, não percebem nada da poda... mas mesmo nada...mas o problema é que há muito que não percebem da poda...

... logo pela agricultura, a luta tem de continuar porque o agricultor não vive no país da ALICE, isto é no País das Maravilhas.

Mas se esta realidade para a agricultura, já era má, muito má... que o que está previsto é uma alienação total desde o IEFEP, ao IAPMEI, ICNF numa concentração das competências nas CCDR's.

Assim, pergunto eu: O que vai ficar em Mirandela e em Trás-os-Montes? Para quê referendar sobre a Regionalização em 2024, se neste momento já vamos centrar tudo nas CCDR's e nas CIM's? E o resto é paisagem, onde está a coesão territorial? Longe vão os tempos em que se dizia, “atrás do Marão mandam os que cá estão”.

Como veem a minha indignação é mais que muita, neste momento só me ocorre dizer e tudo o vento levou... tudo ou quase tudo, porque honras se lhe façam a si Senhora Presidente, e todos os que votaram favoravelmente na Assembleia Municipal para que a reabilitação da Estação de Caminho de Ferro de Mirandela fosse uma realidade, e não um motivo de arremesso político que só irá prejudicar Mirandela, num momento tão periclitante em que o edifício estava prestes a ruir, devolvendo assim a dignidade a um património que faz parte da nossa comunidade e identidade enquanto mirandenses, e evitando que fosse explorado para fins económicos privados que em nada irá contribuir para continuar a impulsionar a dinâmica da fileira do turismo.

Assim fica, também uma palavra de agradecimento e congratulação a toda a equipa Técnica da Câmara, a todos os trabalhadores e ao Arq.º *Nuno Sousa*, bem como a si pela visita que proporcionou a pedido da Confraria da Alheira de Mirandela.

Grata pela atenção, termino invocando um daqueles que é a uma das minhas maiores referências da minha vida, o Presidente *Lincoln*, que contra todos os poderes instituídos à época conseguiu abolir a escravatura e numa das milhentas frases que lhe são atribuídas dizia: “*Gosto de ver um homem orgulhar-se do lugar onde vive, mas gosto ainda mais de ver um homem viver, de modo que o seu lugar se orgulhe dele*”.

E para que o Lugar, isto é, o concelho de Mirandela, o povo, nomeadamente os agricultores possam orgulhar-se desta nobre Assembleia, porque pelo seu dever e coragem se associaram a nós, devolvo à Senhora Presidente, Dr.^a *Júlia Rodrigues* por interposta pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Dr. *Francisco Esteves* e a quem votou favoravelmente para a constituição do Conselho Municipal de Agricultura, que não nos deixe morrer na praia... pois o sonho comanda a vida...e sejam portadores das nossas vozes a quem de direito.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesa não pode deixar de chamar a atenção e sensibilizar todos os municípios que desejam intervir, que devem preparar as suas intervenções pelo tempo de cinco minutos, que o nosso Regimento estabelece e que está disponível para consulta no *site* do Município, sob pena de criarmos injustiças entre as intervenções por parte de todos os municípios e acresce que há sempre dois momentos que esta Assembleia Municipal consagra, ao contrário das demais assembleias municipais do país, um primeiro período e um segundo período pode ser sempre utilizado quando se pretende fazer uma intervenção mais longa, ou que aborda mais do que um assunto.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Senhora Presidente, hoje estou aqui não porque não calcule a resposta que me vai dar, mas por dever de consciência. A resposta que me vai dar certamente será os dinheiros públicos e que vai aguardar a decisão do Tribunal.

Mas pergunte às vítimas ou às famílias das vítimas da derrocada de Esposende e ao Presidente da Câmara de Esposende o que acha desse tipo de resposta que a Senhora me irá dar certamente.

Em 2014, como sabe, o Município de Mirandela foi condenado por omissão do dever de fiscalização, a fazer obras provisórias que garantam a segurança das casas da derrocada do Lidl. Passados nove anos todos os relatórios das diversas universidades defendem que as obras provisórias realizadas não garantem a segurança dos edifícios e que pode haver novo deslizamento de terras, colocando em perigo as pessoas e bens dos edifícios da derrocada e os situados nas cotas inferiores.

O próprio LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil recomenda, como também sabe, a proibição e o acesso aos edifícios da derrocada e os situados na cota inferior e mesmo assim até já vive uma família num dos edifícios que foram vítimas da derrocada.

Estranhamente o Tribunal decidiu recentemente, talvez porque já vamos com mais de seis Juízes no processo, que não deve condenar o Município a fazer mais obras provisória, isto é, não vão ser feitas mais obras provisórias, ou de caráter definitivo, até à decisão do processo que pode durar vários anos, apesar de o Tribunal, o seu Executivo e todo nós sabermos que não estão reunidas as condições de segurança no local nem para as pessoas, nem para os bens.

A pergunta que lhe faço hoje é a mesma que fiz em 2012, dois anos antes da derrocada, aos responsáveis técnicos do Município, depois de os ter alertado dezenas de vezes para os perigos das escavações ilegais que estavam a ser feitas no local.

Vai a Senhora e o seu Executivo continuar a “assobiar para o lado”, esperando que não aconteça uma tragédia mais que anunciada, ou pelo contrário Senhora Presidente, vai finalmente defender aquilo que publicou no jornal em 2014, “*que os governantes devem decidir em função do bem comum e não de ganhos a curto e médio prazo e que a Câmara Municipal tem que definitivamente assumir, em defesa da segurança dos seus municípios, as soluções técnicas e mais adequadas para evitar mais danos, encontrando rapidamente soluções e executar obras evitando situações mais graves e ainda mais penosas...*”.

Que tempos estes Senhora Presidente, em que os proprietários vítimas da derrocada, para além de terem de defender o óbvio, acabam por descobrir agora, pasme-se, que a nova versão do Município e do seu Executivo, através do vosso Advogado nas alegações do recurso, é que são os lesados os responsáveis pela derrocada, repito, para si e para o seu Executivo são os lesados os responsáveis pela derrocada.

Senhor Presidente da Assembleia, para que não existam dúvidas do que acabei de referir, deixo aqui relatórios dos Peritos do LNEC e da Universidade de Coimbra, ambos nomeados pelo Tribunal, que se V.^a Ex.^a entender e eles estiverem interessados, poderá entregar ao representante de cada um dos Partidos Políticos nesta Assembleia estes relatórios.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Será feita a distribuição em conformidade com o solicitado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradecer as questões que foram colocadas e partilhando um tema que todos lamentamos, que foi o falecimento do nosso Engenheiro *José Trovisco* e pela memória dele vamos obviamente continuar a trabalhar em prol de todos os mirandelenses.

AA
VBS.
77

Relativamente à questão introduzida pelo Senhor *Manuel Brízido* que agradeço, dizer que a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais da Câmara Municipal de Mirandela já pediu um orçamento para a colocação de um muro de divisória entre o parque infantil e a casa do Senhor *Manuel Brízido*, que servirá como barreira acústica e temos evidentemente que atender às preocupações de todos os moradores. Já foi feita uma reunião com os moradores do bairro do Tua Sol, que foram tomadas decisões colegiais e o que temos evidentemente que garantir, é que o parque infantil não é utilizado fora das horas autorizadas, ou seja, existe naquele parque infantil, que foi um desejo de todos os moradores, um horário de funcionamento que tem que ser obviamente respeitado.

De outra forma as considerações que faz, são obviamente a opinião do Senhor *Manuel Brízido*, mas evidentemente que estamos preocupados com o bem-estar, com a tranquilidade, mas os equipamentos públicos de utilização coletiva, e aquela é uma área de cedência para a construção de equipamento público naquele loteamento a câmara podia, como fez, instalar equipamentos públicos e esses equipamentos públicos foram adquiridos, estão certificados e essa certificação garante a conformidade dos mesmos.

Neste momento a Divisão está a fazer esse estudo, espero que venha a realizar-se quanto antes no sentido de acautelarmos também a divisão entre o equipamento público e as moradias. Vamos acompanhar a situação e esperemos sempre, contactando as autoridades de segurança, a Polícia de Segurança Pública em Mirandela, que seja utilizado nas horas para os quais foi construído, conforme o horário de funcionamento do parque infantil.

Relativamente à questão colocada pela munícipe *Cristina Passas* agradecer, de facto dia 26 de janeiro, decorreu uma manifestação de agricultores organizada pela CAP, com 80 associações, que promoveram e que a Câmara Municipal a pedido da CAP, apoiou em tudo o que foi solicitado e que tinha como pano de fundo a deslocalização das competências da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte para a CCDR-N.

Informar que no que diz respeito a esta situação, que temos acompanhado com muita proximidade, que naturalmente nos traz muitas preocupações, Mirandela está em pé de igualdade com Castelo Branco, que como sabem, é a sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e que na altura, quando foram constituídas as direções regionais do norte e do centro o Governo de então e bem, considerou que as sedes deste organismo descentralizado do Ministério da Agricultura seriam no interior do país Mirandela e Castelo Branco, em detrimento daquilo que existia também em Coimbra, Porto e em Braga. Essa foi uma conquista que nos deu muito protagonismo e bem, e durante todos estes anos a Direção Regional de Agricultura apesar de ter serviços descentralizados em todos os concelhos e de ter uma grande Delegação em Braga e também no Porto, tem crescido nos quadros técnicos, tem crescido na forma como gere toda a área do norte e portanto, este organismo tem competências das mais descentralizadas, dado que também a agricultura é a única política agrícola, é única política verdadeiramente comum na Europa.

Por isso obviamente que o nosso princípio e foi aquilo que foi falado no Conselho Municipal de Agricultura, era que este serviço deveria permanecer como existe até então, no entanto não é só a agricultura que vai transferir competências para a CCDR e nós queremos é garantir, que evidentemente em articulação com o Município de Castelo Branco, no qual reunimos com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, que tutela este assunto, no sentido de acautelarmos Mirandela e Castelo Branco, como Centros Regionais Agrícolas do Norte e do Centro.

Está planeada uma reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, a Senhora Secretária de Estado e também os Presidentes de Câmara de Mirandela e Castelo Branco aqui em Mirandela, espero que se concretize, já está uma data pré agendada, com a presença também dos Presidentes da CCDR Norte e Centro, garantindo que Mirandela ficará com o Centro de Decisão Agrícola Regional para todo o Norte, este é o ponto de situação. Tem havido da parte dos Senhores Deputados uma preocupação com esta decisão, nós pretendemos que esta dificuldade se transforme numa oportunidade de trazer mais serviços, mais competências mas não abdicamos que o centro agrícola fique em Mirandela.

Relativamente ao munícipe *Rui Neves*, bem sabemos que esta situação é uma situação que lamentamos, sabemos que existe uma expectativa de resolução a curto prazo, evidentemente que havia muita expectativa que pudéssemos chegar a um acordo para indemnização. Em 2017, já existia um processo judicial, aliás, vários processos judiciais e os processos tal como os Técnicos, que à data da derrocada acompanhavam o processo, são de opinião que a Câmara Municipal não tem responsabilidades na derrocada e por isso eu partilho com todos, que as responsabilidades da Câmara são as responsabilidades de todos, existindo entre os Técnicos que estavam na Câmara àquela data, que não era o meu caso, eu não era responsável da Câmara àquela data, mas obviamente que nós somos responsáveis atualmente e portanto, esta é uma situação que mais nos preocupa, por um lado de resolução do próprio problema, por outro lado a demora da Justiça na decisão.

O Município foi condenado a fazer obras provisórias, o Município fez as obras provisórias que o Tribunal condenou e aguardamos que haja uma decisão sobre o processo em Tribunal. Eu mantenho aquilo que disse, a decisão pelo bem comum é sempre o nosso propósito, no entanto o bem comum também é salvaguardar as responsabilidades da Câmara Municipal em todo este processo e por isso temos um Advogado a representar o Município, neste e noutros processos que estão a decorrer e nós, enquanto Executivo temos que acautelar sempre o interesse público e o interesse da Câmara e por isso não podemos tomar decisões com base naquilo que nós gostaríamos que acontecesse, que era a resolução imediata da situação, dado que temos responsabilidades e respondemos perante todos, inclusivamente perante os tribunais e essa responsabilidade leva-nos a exercer o mandato com o dever de distanciamento a que somos obrigados, apesar de emocionalmente todos nós partilharmos deste sentimento de perda das próprias famílias.

Como disse e volto a repetir, todos os Técnicos da Câmara Municipal que estavam envolvidos à data no processo, asseguram que a Câmara Municipal não têm responsabilidades naquele processo e que existirão outros responsáveis pela derrocada, mas de todo a Câmara não tem responsabilidade e isto é uma situação que nós não podemos contrariar, nós somos responsáveis políticos, mas baseamos as nossas decisões políticas em Pareceres técnicos e os Pareceres técnicos dos vários Serviços envolvidos naquele processo asseguram-nos que a Câmara não tem responsabilidades e por isso tomamos a decisão, julgo que de interesse para o bem comum, como disse, a decisão para o bem comum, tomamos a decisão de o processo chegar até ao fim e assegurar que a Câmara Municipal cumprirá com responsabilidade tudo aquilo que for decidido nos tribunais.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do Senhor Deputado Municipal *Virgílio Tavares* da Bancada do CDS/PP e em meu nome enquanto Deputado Municipal, coloco à aceitação desta Assembleia Municipal a realização de um Minuto de Silêncio, pelas vítimas da guerra da Ucrânia provocada pela invasão da Rússia a território soberano Ucrainiano e que se tem prolongado há precisamente um ano a esta parte, desde 24 de fevereiro de 2022, tendo provocado 8.000 civis mortos e 14 milhões de deslocados, segundo o Observatório da ONU. Em nome de todas essas vítimas civis e dos milhões de deslocados, fruto desta guerra, coloco à Assembleia Municipal a aceitação de um minuto de silêncio por estas vítimas.

Do mesmo será dado conhecimento à Embaixada da Ucrânia.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a realização de um Minuto de Silêncio, pelas vítimas da guerra da Ucrânia e do mesmo será dado conhecimento à Embaixada da Ucrânia.

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto e efetuou um Minuto de Silêncio pelas vítimas da guerra da Ucrânia.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Recomendação

“Em 17 de novembro de 2022, aquando da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, o Governo determinou o início do processo de transferência de atribuições das Direções Regionais de Agricultura (DRA) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Nessa Resolução, previu-se que, “até ao final de janeiro de 2023, proceder-se-á à reestruturação das CCDR’s”. Ora, janeiro já passou e a reestruturação não se fez. O Governo incumpriu o prazo por si definido indiciando que não houve qualquer planeamento e que a decisão de extinguir e incorporar serviços nas CCDR foi um processo precipitado, mal preparado e gerido de forma incompetente.

A extinção das Direções Regionais de Agricultura e a transferência das suas atribuições para as CCDR são, aliás, uma das medidas anunciadas pelo Governo mais contestadas pelos agricultores e que mais afeta o setor, exemplo disso foi a manifestação realizada aqui em Mirandela no passado dia 26 de janeiro, que encheu as ruas da nossa cidade contra a extinção das DRAP.

Sendo agora conhecido que o Governo falhou o prazo para a anunciada reestruturação, recomendamos que a Assembleia Municipal de Mirandela desafie o Parlamento a escrutinar este processo, questionando sobre quais os estudos e pareceres que estiveram na base da decisão política de extinguir serviços descentralizados do Estado, que serviam as populações de forma próxima e dedicada. Quais os ganhos previstos? Quais os benefícios para o país e para os setores em causa?

Será também importante apurar porque não foi possível ao Governo cumprir com o prazo por si definido e tornar claro, perante as regiões visadas, que só existem vantagens em travar-se, como está à vista, este que foi um processo mal pensado e mal estruturado desde a sua origem.

O país precisa de serviços periféricos e de proximidade, não precisa de uma regionalização feita por Decreto e sem racional estratégico conhecido. Este processo de extinção das Direções Regionais e posterior incorporação nas CCDR’s foi uma decisão autocrática, sem diálogo com o poder local e com as organizações associativas da sociedade civil e deve ser repensado.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Mirandela reunida no dia 24/12/2023, que delibere a seguinte a recomendação:

1. Reversão do processo de transferência de competências para as CCDR’s;
2. A nomeação urgente do(a) novo(a) Diretor(a) Regional de Agricultura e Pescas do Norte, de forma que a mesma não permaneça desprovida do seu representante máximo;

Não existindo abertura para reverter o processo, recomendamos:

3. A manutenção integral de todos os postos de trabalho atualmente existentes na DRAPN, sem qualquer deslocalização para a sede da CCDRN;
4. Que os postos de trabalho de todos os funcionários atualmente colocados na DRAPN e que se aposentarão nos próximos 10 anos permaneçam em Mirandela. A substituição destes trabalhadores deve destinar-se a preencher as vagas na atual sede da DRAPN, em Mirandela, e de forma alguma, devem ser deslocalizadas para a sede da CCDR ou outras estruturas de apoio existentes ou que venham a ser criadas;
5. Reforçar os recursos humanos, financeiros e materiais da DRAPN, reafirmando e valorizando a importância desta instituição no panorama agrícola regional e nacional.

A presente recomendação, após aprovação, deverá ser enviada:

- Ao Exmo. Senhor Presidente da República;

- Ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro;
- À Exma. Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação;
- À Exma. Senhora Ministra da Coesão Territorial;
- Aos Exmo. Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Aos Exmos. Senhores Diretores Regionais Adjuntos da DRAP;
- Ao Exmo. Senhor Presidente da CCDRN;
- Aos Exmos. Senhores Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor e 11 abstenções, aprovar a seguinte Recomendação:

- 1. Reversão do processo de transferência de competências para as CCDR's;**
- 2. A nomeação urgente do(a) novo(a) Diretor(a) Regional de Agricultura e Pescas do Norte, de forma que a mesma não permaneça desprovida do seu representante máximo.**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Não obstante não acreditar na possibilidade da reversão do processo de transferência de competências para a CCDR-N, a minha abstenção prende-se com dois simples fatores:

Um primeiro, de que ainda não consegui gerar a convicção do mérito e da forma como o processo está a ser desenvolvido;
E por outro, porque nestas coisas sabemos como elas começam, nem sempre sabemos como elas acabam.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Declaração de Voto

O meu voto favorável, é um voto de confiança que este processo seja de facto, não só revertido, mas como foi bem aqui explicado, todos estes mecanismos de diplomacia que estão a ser feitos e todo este esforço que está a ser feito por parte do Município de Mirandela, bem como do Município de Castelo Branco, que está na mesma circunstância que nós, que tenha ganhos para Mirandela e que este processo possa ter um bom fim.

Por isso, não obstante da Recomendação ter algumas coisas em que pessoalmente penso que não serão exequíveis, mas que seja uma forma de fazer algum tipo de pressão, para que este processo, que a Senhora Presidente explicou muito bem, tenha aqui um alavancar e alguma força mais.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:
Senhora Presidente. Senhores Secretários.

Eu hoje não estou aqui para falar de política, eu estou aqui para fazer, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, nome da Comissão Política do Partido Socialista, uma sentida homenagem a um amigo, a um camarada, a um companheiro que partiu cedo demais, um mirandense não de nascimento, mas de convicções e de convicção. Uma pessoa que nos vai fazer muita falta e que nos acompanhou há muitos anos esta parte, em todo o processo político, partidário e depois aqui na Assembleia Municipal.

Eu não podia deixar de fazer este sublinhado à partida do nosso companheiro *José Trovisco* e pedir também que este Minuto de Silêncio e estas declarações que têm sido aqui proferidas hoje, sejam endereçadas à família enlutada, no sentido de perceberem a falta, não só pessoal, mas também política que o mesmo vai fazer a todos nós.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa informa que a pedido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, ao longo da sua intervenção vão ser exibidas duas fotografias para as quais foi pedida autorização prévia para a sua exibição e a Mesa acolheu à semelhança de situações anteriores.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:
Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu depois de ter visto uma notícia no Jornal de Mirandela, na qualidade Presidente de Junta não podia ficar indiferente, porque ela está carregada de inverdades, só tem efetivamente aqui uma verdade, que é: “As Freguesias de Mirandela passam a receber diretamente da DGAL em 2023”, tirando isto é tudo inverdades.

AA
VBS.
77

Eu vou ler aqui um excerto da notícia para tentar contextualizar melhor a minha intervenção: “Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela *Orlando Pires* reafirmou ao Jornal mirandelense, que em 2018 as Juntas de Freguesia do concelho de Mirandela, as 30 Juntas apenas podiam contar no final do ano, com o dinheiro que vinha do Estado...” Isto não é verdade, pelo menos a Junta de Freguesia de Frechas além do dinheiro que vinha do FEF, também tinha transferências da Câmara Municipal, não eram regulares, mas eram pontuais, 4 mil euros, 7 mil euros, na Junta de Freguesia de Frechas isso acontecia.

Receber uma mesada todos os meses, ou receber no Natal e na Páscoa, ou na Passagem de Ano para mim é-me indiferente, interessa é a quantia que se recebe ao final do ano. Se a Senhora Presidente me quiser já transferir 2 milhões de euros, eu não a chateio mais até ao fim deste mandato.

Diz o Senhor Vice-Presidente: “A partir de 2018, fizemos um Protocolo de apoio às Juntas de Freguesia, cujo apoio de transferências mensal para essas mesmas Juntas, desde 2018 até 2022, esse apoio foi transferido todos os meses sem exceção...”, mais uma inverdade, é mentira, não foram transferidas, aliás, ainda hoje estão em dívida com isso.

O Senhor Vice-Presidente diz: “No ano de 2022, o Município atrasou algumas situações de transferências para as Juntas de Freguesia, sobretudo aquelas que não estavam em situação de precisar desse valor a curto prazo... contrapomos ainda que o Município de Mirandela transferiu as verbas até ao mês de dezembro de 2022, às Juntas de Freguesia que têm recursos humanos...”, mais uma inverdade, a Junta de Freguesia de Frechas tem uma pessoa do quadro e dois funcionários do programa do Centro de Emprego e Formação Profissional e não recebeu nada até dezembro, ainda tem meses em dívida, mais uma inverdade.

Depois diz ainda: “Que tem o compromisso assumido e vai transferir o valor de setembro, outubro, novembro e dezembro, para as restantes Freguesias. esta questão está agendada e está articulada com as Juntas de Freguesia de Mirandela...”, afirmou, com a Junta de Freguesia de Frechas ninguém articulou nada, não sei se marcaram alguma reunião e não me convidaram, comigo não está articulado e aqui o Senhor próprio Vice-Presidente contradiz-se, anteriormente diz que já pagou tudo e aqui diz que está articulado para se pagar.

Relativamente também a outra notícia que eu também ouvi e li: “A Câmara Municipal de Mirandela amortizou mais de dois milhões de euros de dívida”, eu não sou economista, nem contabilista, nem percebo nada de números, mas eu gostava que alguém me explicasse, como é que foi esta amortização deste valor da dívida. À data da notícia, só às Juntas de Freguesia e às entidades a Câmara Municipal devia quase um milhão de euros, aos fornecedores há mais de seis meses que não paga. Eu diria que isto foi uma manobra política, ou uma manobra financeira que se fez, ou seja, não se paga a A e pagou-se ao B, mas isto não é amortizar dívida tanto quanto eu percebo disto, porque se eu não pagar aos meus fornecedores, amanhã pago a minha dívida toda que tenho do empréstimo da casa! Quanto a mim gostava que me explicasse como é que foi isso.

Relativamente a outro assunto é relativamente aos açudes, sei que há mais de dois milhões de euros participados a 100 % a fundo perdido, tanto quanto me foi dito o Açude de Frechas também iria entrar neste programa, sei que tem um período de execução até ao final do ano 2023.

Gostava que me informasse se o projeto já está feito, se já há pareceres da APA, do ICNF? Qual era o ponto da situação em que se encontra?

Relativamente a outro assunto que eu já trouxe aqui na Assembleia de 19 de dezembro de 2022, é a questão da Barragem do Cachão, como podem ver na foto, entrou alguma água para a barragem felizmente, porque a chuva foi bastante, mas agora já há mais de 15 dias que voltamos à posição inicial, ou seja, temos mais de 5 quilómetros em que o canal está com esta dimensão de água e mais ou menos 1.000 metros antes da barragem, como podem ver, está seco. Quer queiramos, quer não a Senhora Presidente da Câmara tem responsabilidade, porque é tutora da Barragem do Cachão, quer a Senhora Presidente da Câmara de Mirandela, quer o Senhor Presidente da Câmara de Vila Flor.

Eu agradecia que tomassem medidas, porque é efetivamente uma pena haver um desperdício milhares de litros de água e não se está a encher a barragem não sei porquê.

Ainda relacionado com a Barragem, também há aqui uma quota-parte de culpa por parte do Senhor Administrador do Complexo Agro Industrial do Cachão e do Matadouro Industrial do Cachão, eu aproveitava deixar aqui um desafio à Senhora Presidente da Câmara através da Mesa da Assembleia Municipal, que acho que está na altura, passado um ano decorrido da tomada de posse do Senhor Administrador da AIN e do MIC que viesse à próxima Assembleia, à semelhança do que aconteceu já com o Senhor Administrador nomeado pela Câmara de Vila Flor, que já foi na Assembleia de 22 de setembro, à Assembleia Municipal de Vila Flor, que viesse a esta Assembleia explicar e consequentemente a todos os mirandelenses, quando tomou posse qual era o valor do ativo, do passivo, aquilo foi feito neste ano e aquilo que pretende fazer para o ano 2023.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

O assunto que aqui me traz neste momento é para mim bastante constrangedor, porque enquanto Presidente da Junta de Freguesia estive envolvido na criação e na implementação do Protocolo que ainda agora aqui o Senhora Presidente da Junta de Freguesia José Carlos Teixeira referiu e portanto, causa-me algum constrangimento e não queria de forma alguma ser mal interpretado, e dir-me-ão que isso é da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas o que eu quero abordar tenho a certeza que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela e que é o seguinte:

Com certeza que estarão a fazer e eu acredito nisso, continuam a fazer as transferências das quantias equivalentes ao Protocolo para a União das Freguesias de Franco e Vila Boa e para todas as outras freguesias mas, pelo menos quando era Presidente de Junta, a Câmara exigia-nos a apresentação de faturas e de relatórios de como essas verbas estavam a ser aplicadas.

O que eu vou dizer agora é de facto da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia, mas a responsabilidade de vigiar e de fiscalizar é da Câmara Municipal. Neste momento na Freguesia da qual eu sou freguês, daqui a pouco à noite não se tem luz elétrica, pelo menos nos candeeiros públicos, o mobiliário urbano está todo danificado e portanto, a minha dívida e isso diz respeito à Junta de Freguesia e não ponha em causa, a Junta de Freguesia faz aquilo que achar que deve fazer, o que eu ponho em

causa é a responsabilidade da Câmara Municipal quanto à fiscalização das verbas que atribui a cada uma das Juntas de Freguesia e gostava de ouvir a sua resposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Tendo em conta a notícia triste que tivemos nos últimos dias, sobretudo ontem e antes de ontem, enfim, este pesar, esta morte que aconteceu na Bancada do PS, deixa-nos a todos muito tristes.

Se ao Líder da Bancada do PS hoje não lhe apetece fazer política, também não nos apetece fazer política, pelo que esta Assembleia, apesar de ser a primeira Assembleia Ordinária, nós hoje dispensávamo-la, porque de facto tantas lutas que às vezes aqui temos, algumas agressões políticas e num momento ou outro até pessoais, perante tal desaparecimento e esta morte tão repentina do nosso colega da Assembleia Municipal, que foi tão eleito quanto nós, apetece-nos dizer, se é que vale a pena andarmos nesta luta, nos confrontarmos como nos confrontamos, a não ser que o desígnio do desenvolvimento do concelho de Mirandela e das suas populações seja um desígnio maior em relação à morte.

A esta perda, sei que seus familiares e amigos sentem muita dor com a sua perda, à família enlutada e aos seus amigos, os meus sentidos pêsames pessoais, até porque o meu Partido já teve oportunidade de endereçar igualmente os sentidos pêsames sobre este desaparecimento.

Mas pronto temos que continuar e continuar. se bem que a pastinha dos documentos, já não havia memória de ser tão pequena, tendo em conta os assuntos aqui a deliberar, também dizemos que a Bancada do PSD, que não tem hoje muita vontade de fazer política, porque também há aqui uma questão maior, que é os 47 milhões de euros, mais 2 milhões de euros agora, que passa para 49 milhões de euros, saber que verdadeiramente vão desenvolver o concelho de Mirandela para melhor, onde as suas populações e sobretudo os mais jovens possam encontrar aqui as suas oportunidades em relação ao futuro.

E neste embalo, apenas para dizer que apesar das lutas em que estamos envolvidos, quer a classe profissional dos professores da escola pública e também a Direção Regional, quero dar nota que a Senhora Presidente ontem numa manifestação pública, uma vigília dos professores realizada no Parque Império pela Comissão de Greve de um determinado Sindicato, como eu gostei de ver lá, senti a sua proximidade e preocupação e dizer-lhe Senhora Presidente, Mirandela tem na educação senão o maior elevador político e social deste concelho. As responsabilidades da Câmara Municipal são muitas, a Câmara Municipal vota nos Conselhos Gerais, pelo que gostei muito de a ver ontem naquela manifestação também política ao nível educação e esperar que os próximos dias tragam boas notícias, porque no dia em que este Governo ou outro, derem cabo da escola pública, é o único sítio onde os pobres se podem tornar ricos e no dia em que os pobres não tiverem na escola pública a sua oportunidade enquanto elevador social está tudo perdido, porque os ricos saberão pegar nos seus filhos e colocá-los nos colégios privados, aqui em Mirandela não, mas fora de Mirandela e resolverão o seu problema.

O que está aqui em causa é a escola pública, o quanto ela é importante no concelho de Mirandela e sobretudo aqueles que precisam da escola pública poderem nela conseguir satisfazer os seus anseios e o seu elevador social tão necessário.

Dizer também que a Dr.^a *Cristina Passas* conjuntamente com o seu Presidente de Junta de Freguesia de Frechas, que estão em boa forma, porque de facto os problemas que aqui trouxeram são muito acutilantes, muito oportunos e que na qual nos revemos completamente.

Senhora Presidente, ouvimos aqui uma intervenção do Dr. *Rui Neves*, em representação das famílias lesadas da derrocada do Lidl. Senhora Presidente já tive oportunidade de lhe dizer nesta Assembleia o poder judicial não pode de maneira nenhuma sobrepor-se ao poder político, quando o poder político tem armas suficientes para resolver um problema que já se arrasta há longo tempo, traz um conjunto de pessoas e famílias bastante prejudicadas, que se veem arrastadas, mas que sobretudo Mirandela, não fica bem a Mirandela continuar a perdurar no tempo aquele problema urbanístico que ali existe.

Senhora Presidente use a política para aquilo que foi eleita, para resolver a vida destes proprietários, tem armas suficientes, estabeleça o diálogo possível e deixe os tribunais para lá.

Eu não sei quanto tempo durarei na política e na Assembleia Municipal, gosto muito de política, mas detesto tribunais. Quer nos tribunais como na saúde não se pode entrar a perder e estas populações, conjuntamente com a Câmara Municipal, porque o problema é evidente, têm que sair todos a ganhar. Isto é o papel da democracia e é isso devemos às pessoas, porque é para elas que governamos, mas Senhora Presidente há uma nova realidade, apesar da Câmara Municipal já ter tido uma sentença negativa, onde foi penalizada, há aqui uma nova realidade, e o relatório que aqui foi falado diz tacitamente o seguinte: "Em conclusão, a estabilidade das fundações do edifício não observa as condições de segurança tecnicamente exigidas, a estabilidade das fundações não está assegurada e a sua rotura poderá acontecer e será frágil, sem aviso prévio do sistema de monitorização provocando a rotura parcial ou total dos edifícios, até porque esta estabilidade provisória..." E aqui dou nota, que entre os tribunais e a Câmara Municipal anda no provisório e no definitivo e aqui é que está o grande problema, porque certamente exigem verbas avultadas e este lado provisório que não resolve o problema das famílias, este lado provisório que não resolve o bom nome da cidade de Mirandela que é tão bonita, este lado provisório que não coloca entidades e pessoas fora de um diálogo que devia permanecer e ser regular e que este lado definitivo do processo tarda em acontecer.

Senhora Presidente, aquilo que lá foi feito, diz este relatório, foi num horizonte temporal de três anos e meio.

Senhora Presidente nós vamos ter outra derrocada?!!!

Ficaria muito triste, eu sei que o processo é muito complexo, mas Mirandela Cidade Jardim, Mirandela oásis de Trás-os-Montes, Mirandela que se gaba do seu património natural, entre outros, Senhora Presidente estabeleça as vias de diálogo com todos os meios que a Câmara tem e resolva esta situação, porque julgo que nos entristece a todos e nós, Assembleia Municipal, eu enquanto Membro, sinto-me impotente nos instrumentos que tenho à minha disposição, poder valer os meus argumentos na resolução deste problema.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha vinda aqui tem a ver com a minha participação na Comissão Consultiva de Revisão do PDM, nem a propósito estávamos a falar de urbanismo e tem a ver com a última reunião que decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal, no dia 11 de outubro do ano passado.

Este Parecer tem a ver com sete pontos fundamentais daquilo que foi a análise que foi feita os documentos que me foram enviados e de entre os quais eu solicito inclusivamente, os Senhores Presidentes das Juntas do concelho de Mirandela, que pensem muito bem sobre isto, sobre este tema do PDM.

Trata-se de um documento que tem uma validade para 15 anos, é um documento extremamente importante para todo o concelho, para o desenvolvimento estratégico do concelho e também para a qualidade de vida e para a evolução das próprias populações.

A primeira análise de que dei nota ao Senhor Presidente da Assembleia e quero que todos tomem conhecimento, tem a ver com as propostas para os perímetros urbanos. Neste caso dizer-vos que o meu Parecer e vou lê-lo, porque é o que está emitido e que está na Divisão de Urbanismo é o seguinte:

1. Perímetros Urbanos

Estão propostas alterações de adequação às novas regras de classificação e qualificação do solo, eliminando as categorias de solos urbanizáveis classificando-os em Solo Urbano, ou Solo Rústico apenas. De acordo com as novas regras de classificação e qualificação do solo e face às condições atuais de infraestruturção e dotação de equipamentos, estas são as únicas classificações, que como disse, vão vigorar, no entanto, as alterações em relação à primeira Revisão resultam numa diminuição do Solo Urbano no concelho no seu geral. Área esta que já era bastante diminuta, importando em termos globais do concelho em cerca de 2,7% da área total do território. Aquilo que quero dizer é que a área que estava prevista no anterior Regulamento do PDM do concelho é uma área passível de ser construída em 2,7 % do total do território e esta percentagem vai ainda ser mais reduzida.

Considerando a escassez de terrenos para construção que algumas freguesias já possuem, os limites urbanos em muitas freguesias reparem fazem praticamente fronteira com a última casa construída. Desta Proposta de Revisão da Classificação do Solo, resulta uma diminuição da área do solo urbano de 71 hectares portanto cerca de - 4% relativamente à primeira percentagem que eu já indiquei, em que 54 perímetros urbanos localizados, apenas 12 viram a sua área urbana aumentar em apenas um hectare, dos quais destaco a Freguesia de Lamas de Orelhão, que é aquele que resulta um maior acréscimo fruto da integração de uma área adjacente ao perímetro em vigor e que integra um conjunto de parcelas edificadas, que foram nascendo ao longo da via infraestruturada.

Assim e considerando a importância do desenvolvimento das freguesias do concelho de Mirandela e o custo considerável dos lotes na cidade de Mirandela, considerando ainda que a quantidade dos mesmos disponíveis para construir também já está a ser deficitária, os perímetros urbanos não deveriam ser reduzidos e em muitos casos deveriam até ser aumentados sob pena de tal redução ser no futuro muito negativa para a evolução do concelho de Mirandela, tendo já também destacado como um facto preocupante, a Freguesia de Abambres, que me parece que já apresenta uma redução da zona Urbana bastante considerável.

2. Solos Urbanos

O Parecer foi de que não há concordância da minha parte e de acordo com a minha interpretação enquanto representante, de que passem todos os espaços à categoria 1 e que deverão manter-se na categoria 2, relativamente aos índices construtivos que já possuem, também eles não devem ser reduzidos.

3. Propriedades horizontais da cidade e com os edifícios sujeitos a propriedade horizontal

Considero, que tendo em conta a especificidade dos nossos loteamentos e que nós temos debatido aqui tantas vezes, que nós temos tido um problema urbano relativamente aos nossos loteamentos, que estão construídos e os lotes que nós dispomos também não podem ficar vazios e as soluções construtivas naturalmente têm de se ir adaptando, eu propus que se aumentassem, uma vez que é obrigatório deixar lugar de estacionamento para o comércio no interior dos lotes, eu propus um aumento para a fixação de lugares de estacionamento para comércio e serviço dentro dos lotes, já que as caves, eu peço desculpa não demora, mas tenho que dar esta explicação que é puramente técnica, as caves já com muita dificuldade se conseguem criar estacionamento, como sabem, para as frações de habitação e portanto, que se aumentasse para 100 m² por lugar para Comércio e Serviços.

4. Artigo 21 Classificação do Solo Rústico

O solo rustico não permite outras tipologias de indústria que não as relacionadas com o setor agrícola e pecuário, assim propunha que passasse a permitir, constituindo tal permissão um grande potencial de desenvolvimento para o concelho.

5. Regime de edificabilidade nos espaços residenciais urbanizados por subcategoria de espaço (valores máximos) artigo 55.º do PDM atual

Proponho que se continue a utilizar os índices de implantação e ocupação na análise de projetos e licenciamento de obras particulares.

6. Regime de edificabilidade nos espaços agrícolas (PDM atual)

Considerarei que existe uma vontade muito grande de muitas famílias de se sediarem no espaço agrícola e considerarei que o concelho de Mirandela teria uma geometria de parcelário que não se adequa com a dimensão mínima da parcela para efeitos construtivos, ou seja, querendo construir, veja-se que a pessoa tem que ter 2 hectares. Ora o parcelário é um parcelário muito pequeno e eu propus que se considerasse esta área mínima de 2.000 m² para construir casa de habitação, não na parcela, portanto no artigo onde quer construir, mas no global da exploração agrícola, ou seja, a pessoa tendo um conjunto de artigos que perfizesse esse conjunto de artigos da exploração agrícola que perfizesse um total de 2 hectares, pudesse efetivamente pegar numa das suas parcelas, se a tem e construir lá, até por uma questão também de economia e de autonomia construtiva, reavaliando assim estes limites previstos, também não aparece, como disse, para o nosso parcelário, matematicamente coerente.

7. Regime específico do património imóvel inventariado – Arquitetura e Escultura

A Câmara de Mirandela deve fazer um registo de todo o imóvel inventariado, já se falou em programas de rádio, acerca inclusivamente do património eclesiástico de igrejas, de infraestruturas diversas, que nós temos que podem ser potenciais focos de desenvolvimento turístico e que devem ser devidamente acautelados, no sentido de poderem ser asseguradas as suas manutenções e

que passem a ser, eventualmente, autorizadas algumas, ou permitidas uma ou outra demolição que tenha necessidade de ser feita, para novamente ser reconstruída de acordo com aquilo que são as boas práticas construtivas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado pela partilha da sua participação e dos trabalhos na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *VANDA PRECISO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Após tanta discussão nesta Assembleia Municipal acerca da construção do Parque Eólico e não tendo, até ao momento existido um comunicado no que respeita a qualquer tipo de decisão em relação ao início da obra, é com alguma surpresa que a Freguesia de Lamas de Orelhão assiste ao início da obra.

Neste momento encontra-se instalada em Lamas de Orelhão a empresa a quem foi adjudicada, pela empresa P4, a construção da linha elétrica que ligará o Parque Eólico a Mirandela. Está criado o estaleiro, estão a ser contactados os proprietários dos terrenos onde serão instalados os postes, e a obra propriamente dita, inicia dia 27 de fevereiro, próxima segunda-feira.

Posto isto, levantamos algumas questões que consideramos muito importantes serem atempadamente respondidas:

- Qual é afinal o ponto de situação em relação à obra? Sabemos que frequentemente o Eng.º *Aurélio*, Administrador da P4, mantém comunicação com o Senhor Vereador *Orlando Pires*. No entanto, a Freguesia de Lamas de Orelhão nunca foi informada acerca da evolução do processo pela Câmara Municipal, que nos parece ser quem deve assumir a liderança do mesmo.

- Como é da lembrança de todos, a Freguesia de Lamas de Orelhão veio a esta Assembleia Municipal exigir contrapartidas justas pela construção do Parque Eólico. Neste momento podemos acrescentar que além do Parque Eólico se situar 90 % da sua extensão na Freguesia de Lamas de Orelhão, também a linha elétrica se estende na área baldia apenas de Lamas de Orelhão. Para quando a formalização das contrapartidas?

Foi-nos transmitido pelo Executivo da Câmara Municipal, que seriam trazidas a esta Assembleia em dezembro e não foram! De seguida, foi-nos transmitido que seriam apresentadas nesta Assembleia de fevereiro e, novamente não fazem parte da Ordem de Trabalhos.

Não queremos acreditar que este Executivo permita que a obra arranque sem ter o devido respeito, quer por esta Assembleia, quer pela Freguesia de Lamas de Orelhão. Da mesma forma, queremos que as contrapartidas sejam estabelecidas publicamente, tal como o foram exigidas.

Parece-nos que a comunicação acerca do Parque Eólico continua a falhar entre aqueles que são os principais intervenientes, pelo que é urgente e necessário, que quem de direito, se digne a prestar os devidos esclarecimentos sobre todo o processo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria colocar aqui algumas questões à Senhora Presidente, mas antes queria começar por expressar as nossas condolências à família e à Bancada do PS, em relação ao falecimento do Engenheiro José Trovisco.

As questões que eu queria colocar e começava logo pelas eólicas, mas afinal fiquei estupefacto com a intervenção da Presidente da Junta de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* e ainda bem que nos informou do ponto da situação, porque pergunta era essa mesmo que eu ia fazer, como está a situação das eólicas? Realmente se as obras estão, ou vão começar na segunda-feira, espero que entretanto algumas atitudes se tomem, ou haja outros desenvolvimentos para que, alguém me dizia ao ouvido ainda há pouco, lá se vai o nosso património!

Já foi dito aqui muito sobre isso, não vou desenvolver o tema, já sabem qual é a minha posição, porque entendo convictamente que Mirandela só tinha a ganhar com a preservação do património e também entendo que ele vai ser danificado, prejudicado com as obras que então se irão iniciar na segunda-feira.

Outra questão Senhora Presidente, é o Plano de Mobilidade do Tua, o autarca de Vila Flor, o Senhor Presidente *Pedro Lima*, preferiu algumas palavras a este respeito que eu não deixo de trazer aqui nomeadamente as seguintes, que passo a citar: “Falta coragem política para que o Plano de Mobilidade do Tua avance...” Eu pergunto: Qual é a posição da Câmara de Mirandela? Concorde com estas palavras? Apoia a necessidade urgente que vem ao de cima essa “coragem política” e que se avance com o Plano de Mobilidade do Tua? Ou Deixa andar o barco à deriva até ver o que isto dá?!

Outra questão, não acha que a Senhora Presidente deveria elaborar um questionário para fazer àqueles que quer nomear para a sua equipa, tal como o Senhor Primeiro-Ministro fez a nível dos membros do Governo que vai convidar futuramente? É que a Senhora Presidente prefere ir fora do concelho de Mirandela buscar gente da sua confiança, como fez recentemente com o seu Adjunto, do que ir aos seus eleitores, aos eleitores do concelho de Mirandela. Até parece que só os quer para votar em si, mas não para cargos como o de Adjunto. Isto brada aos céus, é uma atitude muito esquisita muito leviana, na minha opinião, pois não teve em consideração vários aspetos menos favoráveis que essa pessoa encerra, despromoção anterior, por exemplo, noutra Câmara, processos duvidosos e ainda por esclarecer, candidato derrotado a uma Junta de Freguesia do concelho de vizinho, só resta uma qualidade que certamente o vinculou à escolha por parte da Senhora Presidente, ser filiado no seu Partido, mas isso tem aqui em Mirandela muitos filiados no seu Partido e aí é que é estranho, não precisava de sair do concelho. É assim que trata os mirandelenses?!

Outra questão, já foi aqui referida e portanto eu não vou ler o que tinha preparado, mas coloco a questão, que tem ver precisamente com a manifestação dos agricultores e portanto, já foi bem explanado, mas eu coloco a questão que é muito importante: Qual é a posição da Senhora Presidente da Câmara nomeadamente, tendo sido trabalhadora e Técnica da Direção Regional, mas agora como

representante do Município de Mirandela e de Mirandela, qual é a sua posição em relação a esta situação e ao impasse que estamos a assistir, porque não é só a questão da Direção Regional ser transferida para a CCDR, são todas as implicações que isso vai ter e o que se passa agora no Ministério da Agricultura, sabemos que está pura e simplesmente ineficaz, o povo tem a sensação de que está a ser desmantelado. Qual é a posição da Câmara, gostávamos de saber.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PORFÍRIO ESTEVES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho de certa forma agradecer a intervenção de Senhor *Paulo Pontes* e em parte dar uma resposta, como o Senhor bem sabe, aliás, como já foi dito aqui pelo Senhor *Fernando Macedo* numa Assembleia, eu não tenho autonomia para fazer a gestão diária na Junta de Freguesia, sob pena de ficar em dívida para com as pessoas, como já aconteceu e como o Senhor bem sabe, este último caso eu disse na Reunião Executivo os trabalhos que fiz com um trabalhador, o trabalhador apresentou a fatura e veio a Senhora Tesoureira dizer, “eu não pago, eu não pago”, ora, qual foi a minha cara dizer ao trabalhador, “olhe, desculpe, mas apesar de eu ter valor na conta, não posso pagar”, arranjei a ver, enviei um *e-mail*, fiquei muito triste e depois tive que tomar outras medidas, tive que me impor, porque já tinha tirado o recibo das Finanças, já tinha tido a despesa e depois tive que lhe pagar.

Aproveito também, como sei que o Senhor *Paulo Pontes* gosta, eu também gosto muito da Freguesia, aproveito para o convidar a estar presente na nossa Assembleia, que vai ser amanhã às 18.00 horas e aí já podemos falar sobre o assunto e até de outros assuntos.

Aproveito também para informar, como as pessoas me conhecem, sabem eu não faço mais porque não posso, aproveito para informar que aqueles fregueses de Vila Boa que não tinham luz já há alguns anos e também agradeço a todas as pessoas que contribuíram, que já têm luz nas suas casas, ficaram muito contente por isso.

Termino dizendo, que mesmo em silêncio tudo parece e a boa obra permanece, mais tarde ou mais cedo ela acaba no silêncio por surgir e a satisfação destes fregueses que não tinham luz em pleno século XXI, foi uma satisfação muito grande e é por isso que nós lutamos, pelo bem-estar de todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas só um pedido de esclarecimento à Mesa, na Ata do dia 11 de novembro foi aprovada uma Recomendação de envio de cartas a algumas entidades, relativamente à questão do Parque Eólico e eu queria saber se já existe alguma contra resposta, ou alguma resposta a essas cartas que foram enviadas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos já verificar tudo aquilo que nesse ambiente foi rececionado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as questões que foram colocadas e passarei a responder por ordem de inscrição.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, que faz referência a Resolução de Conselho de Ministros 17 novembro 2022, julgo que em parte já ficou respondida na intervenção que foi feita no Período Antes da Ordem do Dia pela munícipe *Cristina Passas* e em relação às questões que coloca da decisão sobre o serviço descentralizado do Estado passar para as CCDR's, a verdade é que o Programa do Governo existia a uma alínea que fazia referência à regionalização por NUT II dos serviços centralizados do Estado.

À data, tínhamos alguma expectativa que a agricultura ficasse só motivada pela articulação, mas à semelhança de outras competências, houve uma transferência direta, que pese embora possa ter algumas vantagens no que diz respeito à articulação de fundos, a verdade é que a agricultura na nossa região e julgo que em todo o país, mas na nossa região em particular, tem uma importância estratégica.

Falou em competência, eu julgo que existe obviamente e eu já tive ocasião de o dizer em variadíssimas reuniões, a vontade da regionalização, da regionalização administrativa e da articulação dos vários fundos comunitários e por isso mesmo, eu julgo que para além daquilo que referiu e que deve ser enviado à tutela relativamente à revogação da decisão da Resolução de Conselho de Ministros, eu julgo que Mirandela deve-se preparar para lutar, para que as sedes das CCDR's fiquem no interior do país, valorizando o interior, criando mais valências de quadros técnicos e que para além da agricultura, tenha também para além da sede agrícola, outras competências.

O Centro Regional de Agricultura, é uma das questões que tem sido levantada, como já referi tanto por Mirandela como por Castelo Branco, mas efetivamente por uma questão de coesão territorial e tendo este Governo um Ministério da Coesão Territorial e uma Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, julgo que Mirandela e nomeadamente aqui no espaço político privilegiado de excelência do concelho, Assembleia Municipal, poderia haver essa Resolução, que aliás, já foi falada e discutida em sede de Conselho Municipal de Agricultura, onde o Senhor Deputado está presente, isto em dezembro do ano passado e portanto faço também esse desafio aos Senhores Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, para que possamos ir além daquilo que é a atual Direção Regional, Centro Regional Agrícola, julgo que está conseguido, mas julgo que podemos ir mais além das competências, mesmo na área das competências transferidas do ICNF - Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas e portanto é este o desafio que eu deixo.

Para além da agricultura, a cultura que neste momento está em Vila Real, também foi na Resolução de Conselho de Ministros passou para as competências das CCDR's, portanto as CCDR's vão passar Instituto Público, conforme foi anunciado, mas

efetivamente vai ser um Órgão, um Instituto do maior poder de decisão relativamente aos fundos comunitários e à preparação deste novo Quadro até 2030.

Somos da opinião de que para haver desenvolvimento regional precisamos que os centros de decisão política sejam no interior do país e aqui também apelo a todos os Senhores Deputados dos distritos do interior do país, qualquer que seja o partido político e portanto também os Deputados do PS, do PSD, nomeadamente o nosso distrito devem fazer essa força política para que seja uma realidade, acho que juntos somos mais fortes e portanto nesta questão devemos estar unidos para conseguirmos essa decisão.

Relativamente ao Senhor Presidente Junta de Freguesias de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer que não temos neste momento dois milhões de euros para lhe transferir, se tivéssemos naturalmente que era com gosto, pois sei bem que os conseguiria investir muito bem na Freguesia, mas efetivamente aquilo que coloca das transferências mensais, como todos sabem, e julgo que tem havido sempre reuniões regulares com o Senhor Vereador *Vítor Correia*, que faz este acompanhamento com as Juntas de Freguesia e portanto tem havido da nossa parte toda abertura para falarmos e explicarmos algumas das situações.

De facto houve um atraso nos pagamentos de 2022, houve algumas exceções de algumas Junta de Freguesia que, para além de terem recursos humanos, o que felizmente acontece praticamente em todas e nós vamos por isso concelho fora e vemos as nossas aldeias, a nossa vila muito cuidada, fruto do trabalho de todos aqueles, quer os recursos humanos, quer os Executivos de cada uma das freguesias, mas também foram transferidas por urgência de tesouraria, algumas por compromissos até de tribunais que teriam que assegurar os pagamentos.

A verdade é que praticamente todas as Juntas de Freguesia, ou a maior parte têm alguns trabalhadores, principalmente para a limpeza das ruas e relativamente à amortização da dívida, também gostava de lhe dizer, que nós estamos com o tempo médio de pagamento, aliás, como está em todos os relatórios de 120 dias e dizer-se que a Câmara Municipal está pior do que aquilo que estava, não é de todo verdade, houve uma diminuição substancial de dívida, mas tem que haver um equilíbrio entre aquilo que é a dívida e aquilo que é um investimento.

Não podemos deixar de investir no nosso concelho, não podemos deixar de aproveitar os fundos comunitários para obcecadamente fazer a redução da dívida, deixando à mercê do tempo e do espaço o desenvolvimento territorial e portanto, este equilíbrio faz com que nós tenhamos que fazer uma gestão muito cuidadosa de tudo o que são os nossos compromissos e os investimentos que todos reconhecem, quer em estradas municipais, quer na reabilitação de alguns espaços públicos, em equipamentos e esse esforço tem sido feito, obviamente com o trabalho de todos os técnicos e de todos os trabalhadores da Câmara Municipal e também nas Juntas de Freguesia com o apoio dos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta e União das Freguesias.

A verdade é que não vivemos tempos fáceis, todos reconhecemos que o aumento dos custos fixos da energia, também nas empreitadas, tem levado a problemas na gestão financeira do Município e que também acredito todos os Presidentes de Junta e União das Freguesias sentem no seu orçamento.

Relativamente ao Açude de Frechas, o período de execução é de facto até ao final do ano 2023, o projeto está a ser ultimado pela Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana, há um estudo prévio que já teve Parecer positivo da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e o projeto de execução será novamente submetido à APA e ao ICNF.

Estamos convictos que o Açude de Frechas está financiado e por isso temos agora nesta Assembleia Municipal, uma Alteração Modificativa, porque tivemos que acolher para perfazer o valor de 2.356.000,00 € a Valorização do rio Tuela e suas margens, o do Açude Vale Juncal, o Troço da Ribeira de Carvalhais, o Troço da Ribeira de Mourel, a reabilitação do Açude do rio Tuela em Quintas, a reabilitação do Açude do rio Tuela em Contins, a reabilitação do Açude no rio Tua em Frechas e temos aqui um investimento de 280 mil euros e um incentivo aprovado de 137 mil euros. Julgo que é uma obra importante para a freguesia, para o concelho e julgo que também incluímos nesta candidatura, a reabilitação do Açude do rio Tuela em Guribanês, a reabilitação do Açude do rio Tuela em Mosteiró, a reabilitação do Açude da Ponte da Pedra no rio Tuela e por último, os Fins Múltiplos de Mirandela no rio Tua, que tem a ver com a intervenção que temos que fazer ainda, que já foi feita uma parte e que vamos fazer ainda na Ponte Açude, com um investimento de 830.785,00 € e portanto eu uso que estas são boas notícias para o concelho, para a gestão dos nossos rios que felizmente temos aprovada.

Relativamente à Barragem do Cachão, como sabe, houve uma reunião consigo no dia 28 de outubro, em que foram abordados vários assuntos, que entretanto estão em resolução, um pedido de cedência de espaço junto à aldeia para desviar os contentores de lixo, relativamente a este ponto informamos que ao estar hipotecado não poderíamos fazer alterações, mas logo que este assunto estivesse resolvido contactaríamos. Isto a informação do Conselho de Administração Complexo do Cachão. A limpeza da zona interior do Matadouro ao longo da estrada que acompanha o Matadouro, a limpeza está feita e temos alguns troncos de grandes dimensões que promoveremos a sua retirada, quando houver disponibilidade de retroescavadora, a limpeza e retirada dos painéis em chapa na entrada principal do Complexo, estamos a juntar toda a sucata e chapas que existem no Complexo, para abrir um procedimento de retirada e venda.

O parque estacionamento em frente ao “Café Cardoso” dado que o espaço está sob hipoteca, não nos permite fazer atualmente qualquer tipo de cedência e sobre o canal, houve uma visita dos membros do Conselho de Administração, para conhecer e verificar o estado da sua manutenção, os funcionários do Matadouro fizeram o acompanhamento permanente do seu estado e procederam à sua limpeza de forma manual e mecânica a montante e na entrada para o canal, foi verificado o entupimento por troncos e ramalhadas, que não permitiam a entrada das águas, estes foram retirados e limpos, pelo que o caudal começou a correr de forma constante.

Ao longo do canal foram verificadas várias fugas, que foram colmatadas com os trabalhadores do Matadouro, foram ainda verificados entupimentos, que também foram acautelados.

Foram alertados para o roubo de água no canal mas não foram detetados quaisquer roubos, o acompanhamento e reparações permitiu verificar a boa gestão do canal para a chegada de água à Barragem, pois já há muito tempo que não acontecia, destacamos que só em anos chuvosos como este que vivemos permite verificar a gestão do caudal e a necessidade mais profunda de intervenção, pois ao ser um canal natural e com características muito especiais, dada a qualidade da água, ecologia e seus pendentes naturais, não deverá ter outra intervenção que não seja a natural.

Todos os anos deve ser assegurada a sua limpeza e no ano 2022 foi feita uma boa limpeza. Esperemos que a pluviosidade venha a ajudar durante o ano de 2023, é uma limpeza ainda mais profunda, para que possamos ter uma barragem com muita água.

Relativamente ao desafio, estou naturalmente disponível para fazer a apresentação de tudo o que é o passivo e o ativo e todos os problemas que a AIN e o MIC têm, neste momento o Conselho de Administração da AIN, como sabem, está a tempo inteiro por decisão dos acionista, Município de Mirandela e Município de Vila Flor, em representação do Executivo da Câmara Municipal está o Vereador *Vitor Correia* e portanto, tem tido reuniões regulares para assegurar o bom funcionamento do Complexo, pese embora as grandes questões e a dívida que existe e estejamos ainda em processo de análise de fusão, com várias hipotecas sobre o nosso património.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, julgo que o Senhor Presidente de Junta já respondeu de certa forma àquilo que questionou, estas questões devem ser colocadas em Assembleia de Freguesia, que é o Órgão máximo que pode responder a todas as questões, obviamente que relativamente à Câmara, a apresentação de faturas, foi até ao final do ano 2022, neste momento há um Protocolo em que a transferências são diretas da DGAL para as Juntas de Freguesia e isso faz com que já não haja esse procedimento.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, partilho que o nosso desígnio maior é realmente o interesse de Mirandela, não podemos deixar de debater, discutir e encontrar soluções e portanto em memória a todos aqueles que fizeram parte desta Assembleia Municipal, já não estão e portanto temos essa responsabilidade.

Relativamente à vigília da educação, julgo que nós temos que estar junto de todos os mirandenses e por isso partilho das preocupações de toda a classe dos professores e portanto quando posso estar, estarei sempre.

Quanto à derrocada do Lidl, que foi um assunto que já foi trazido aqui por um morador dizer, que concordo que o poder judicial não deve sobrepor-se ao poder político e que temos armas, mas Senhor Deputado, eu julgo que era importante todos conhecerem o processo e eu faço um desafio, que era que na próxima reunião da Comissão Permanente estivessem presentes os técnicos da Câmara Municipal com todo o processo e se possível a presença também do nosso Advogado, para dar nota de todas estas situações e por isso eu pedi inclusivamente, que me fossem enviados os processos que temos com os autores de que falamos e temos alguns processos, temos aqui um ponto de situação, temos um processo no Tribunal Central Administrativo do Norte, esses os processos fazem parte de toda a listagem que é enviada para os Senhores Deputados,

Houve um Recurso e um Despacho que indeferiu a peritagem requerida pelo Município, houve uma decisão favorável à realização da peritagem em 2021, objeto da perícia versa sobre a questão de saber se a causa da derrocada foi a violação de regras legais, regulamentares, ou técnicas, que devessem ser observadas na fase de construção no que concerne ao planeamento, direção e execução da obra, ou para proteção de forças de natureza.

Será feita a perícia para apuramento da responsabilidade da derrocada, esta é uma Ação que tem um valor que ultrapassa os 652 mil euros. Temos outra Ação no TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, a execução da sentença da Providência Cautelar, o Despacho do Senhor Juiz, a solicitar que o Perito complete um relatório e isto em 09 de julho 2021, respondendo concretamente quanto à execução de cada um dos trabalhos ordenados na sentença e o grau de comprimento dessa execução.

Contra alegamos em fevereiro de 2023, esta Ação é no valor de 300 mil euros, tivemos uma Providência Cautelar do processo de derrocada, decisão parcialmente desfavorável ao Município, é um processo que foi findo e tem um valor de 300 mil euros.

Temos ainda outro processo de derrocada, o Município enviou resposta ao LNEC em agosto de 2022 e este processo decorre no Tribunal Judicial da Comarca de Bragança. Julgo que são todos os processos, pelo menos para este conhecimento, mas parece-me que era importante que a Comissão Permanente, onde estão representados a Mesa da Assembleia, todos os Grupos Municipais, tivessem um conhecimento mais concreto deste processo, porque parece-me que há aqui algum aproveitamento político, porque o Senhor Deputado *Paulo Pinto* não esteve, na altura a Câmara era gerida pelo Partido que representa e portanto julgo que também tem essas responsabilidades, mais ainda, nós temos um problema que já foi aqui identificado várias vezes em Assembleia Municipal, que são os loteamentos, os loteamentos aprovados por esta Câmara Municipal, não neste momento, mas foram aprovados em tempos idos, têm vários problemas de sobrelotação de lotes, tem vários problemas de taludes e vertentes xistosas com riscos, caso não haja as cautelas construtivas com muros de contenção de terras, com aterros e isso faz com aterros e isso faz com que haja um risco elevado de deslizamento de terras e portanto, neste momento foi criado também já um grupo de trabalho, para análise de alguns locais de risco, temos já todos os locais identificados, sempre que é em espaço público a responsabilidade é da Câmara Municipal, sempre que é entre privados a responsabilidade é naturalmente dos privados, até porque existem sempre projetistas, diretores técnicos, diretor de fiscalização da obra, empreiteiros e portanto, há vários técnicos responsáveis das obras.

Esta minha proposta de ir à Comissão Permanente, é para que de facto tenham consciência de tudo o que diz respeito ao processo, no sentido de também participarem no facto de que quando nós decidimos e criticamos decisões, temos que ter sempre a consciência daquilo que existe efetivamente e realmente antes de 2017 e ainda no decurso 2017 e 2018, não haviam e eu pelo menos, eu julgo que também o resto do Executivo não tinham conhecimento formal de todas as questões relacionadas com o processo e decidir com base em questões técnicas e sendo que os Técnicos, como disse há pouco, fazem sempre referência a que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, a verdade é que a decisão política foi exatamente indo de encontro a todos os pareceres técnicos e por isso fica o desafio e eu julgo que era importante a Comissão Permanente ter conhecimento de tudo o que diz respeito a este processo.

Relativamente à Senhora Deputada *Luísa Belchior*, sabe bem quais são os termos em que está a decorrer a Revisão do PD. Relativamente às propostas perímetros urbanos, nem todas as situações que nós propomos têm parecer favorável de todas as entidades, temos 22 entidades a dar parecer sobre o nosso PDM, já resolvemos algumas questões sob o ponto de vista processual, mas só os terrenos com infraestruturas, ou que venham a ter Infraestruturas é que podem fazer parte dos perímetros urbanos.

Eu também faço a proposta de que Equipa do PDM vá à Comissão Permanente, até porque nós temos tido reuniões com os Presidentes de Juntas e Uniões das Freguesias, para avaliar o perímetro urbano que vai ficar nesta Revisão do PDM, caracterizando não só o espaço infraestruturado, como aquele que vai ter investimentos nas infraestruturas e por isso, achava importante fazerem esta caracterização, para que todos os Senhores Deputados tenham noção de em que ponto é que estamos.

Já estamos numa fase muito evoluída da Revisão do PDM e naturalmente que não vamos poder acolher todo o alargamento que gostaríamos, mas não é a Câmara que decide sozinha, são efetivamente muitas entidades.

AA
VBS.
FF →

Relativamente ao Parque Eólico, a verdade é que nós não tivemos comunicação formal de que as obras iriam arrancar, da parte da Câmara Municipal o responsável pelo licenciamento, sempre dissemos que os pareceres estavam todos dados.

Relativamente às contrapartidas, obviamente que a Câmara não vai falhar em nada com aquilo que ficou comprometido, ainda que de forma informal, com Juntas de Freguesia. Há dois Contratos Programa, um com a Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão e outro com a Junta de Freguesia dos Passos. O total entre o Contrato Programa da Câmara e o Contrato entre a Junta e a empresa, ficou garantido que para Lamas de Orelhão iria meio milhão de euros, em relação à Câmara ficaria responsável pela conduta de água e outros investimentos que foram registados.

Ainda não trouxemos os Contratos Programa a esta Assembleia Municipal pelo simples facto de não termos conhecimento formal do início da obra e porque só queríamos avançar com autorização dos Contratos Programa se a obra arrancar, porque temos evidências de que existem alguns e nomeadamente uma comunicação do Ministério Público a pedir esclarecimentos, portanto não queríamos antecipar essa situação e dado que só com o início das fundações é que há o pagamento destas contrapartidas, pelo menos em relação à Câmara Municipal, ficou adiado este compromisso.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradecer falar neste Plano de Mobilidade do Tua, todos os autarcas concordam com um problema que já existe há mais de 6 anos e que tem a ver com um processo longo, difícil e com um investimento que foi na ordem dos 16 milhões de euros e temos neste momento um comboio e um barco parados, um autocarro turístico parado e sem operador turístico.

O Governo tinha sugerido que a CP ficasse a fazer a operação, pelo menos de forma informal, sugeriu isso e nós neste momento estamos com a expectativa com o novo Ministro das Infraestruturas, no sentido de conseguirmos que seja uma realidade. As obras na linha estão feitas e vamos ter a visita do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas ao distrito e é um dos pontos que queremos e temos que, de uma forma ou de outra resolver. Eu acho que neste processo falta tudo, falta coragem política, falta responsabilidade das várias instituições da IP, do IMT, da CP.

Em relação aos autarcas muito sinceramente, tudo aquilo que podíamos ter feito fizemos, a Agência Desenvolvimento do Vale do Tua tem com a EDP e agora com a *Movhera*, tem feito tudo aquilo que pode, não podemos é certificar a linha, nem podemos por a circular os comboios, porque a linha foi desclassificada, mas tem que ter as autorizações e mesmo o material circulante tem que ter reparação.

Os autarcas fizeram tudo e a coragem política é também ultrapassar os obstáculos que têm sido colocados por várias entidades, a CP, o IMT e a IP, que de uma forma ou outra, por questões de garantia de segurança e outras, não têm conseguido levar a bom porto, levar ao Tua, melhor dizendo, este plano.

Nós nas reuniões que fazemos, dizemos sempre que já começou torto, já começou com várias perspetivas e que vai haver muita dificuldade, a não ser que haja a decisão política de até um determinado calendário e colocar todos. Num primeiro Governo havia um Senhor Secretário de Estado muito empenhado, tínhamos reuniões mensais entre todas as entidades e quando todos dão parecer é preciso estar tudo junto, ou pelo menos em videoconferência para resolvermos as questões técnicas, nenhum de nós é especialista em ferrovia e por isso temos muita dificuldade em perceber as questões técnicas que nos são colocadas.

Por isso mesmo, foi solicitado e pago pela *Movhera* um especialista em ferrovia, abordando as questões do Posto Operacional de Manutenção, porque um comboio circular, automotoras e comboio turístico é obrigatório ter manutenção diária, o anterior operador queria que o POM – Posto Operacional de Manutenção ficasse localizado junto à Estação, os especialistas dizem que o PMO deve ficar localizado no posto que atualmente existe em Carvalhais e que a linha deveria ser recuperada só para manutenção dos equipamentos, quer das automotoras, quer do comboio turístico.

Eu acho que em relação aos autarcas, sinceramente, bem sei que nós somos a face visível daquilo que corre mal neste Plano, mas em relação aos autarcas todos temos feito tudo para que seja uma realidade e por isso naturalmente partilho daquilo que disse o autarca de Vila Flor e estamos todos unidos para conseguir ultrapassar estas dificuldades.

Relativamente ao Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, eu não tenho nenhum complexo das pessoas serem derrotados em eleições, eu própria já fui derrotada em eleições, todos nós temos vitórias e derrotas e por isso respeito muito quem vai à luta, quem depende do seu tempo pessoal e profissional para se dedicar à atividade política, que é nobre e que pode engrandecer qualquer um de nós e, por isso, sinceramente, acho que não deve existir em cada um de nós, que estamos e temos responsabilidades políticas, esse estigma de ganhar ou de perder eleições, só pode ganhar eleições quem não tem medo de perder e isso não classifica ninguém e faz parte da nossa vida política e por isso relativamente a isso, acho não é tema, nem assunto da derrota política, porque todos nós já perdemos, já ganhamos certamente vamos ganhar, vamos perder, ou então porque a política só tem uma porta que é a porta de entrada e nós vamos fazendo o nosso melhor diariamente, estou certa que sim.

Quanto às questões relacionadas com os critérios para nomeação e é um cargo de nomeação, de um Adjunto e do Secretariado, perceberão naturalmente que uma das questões e os Senhores Presidentes de Junta sabem disso, uma das questões mais importantes é a formação jurídica e todos os dias, cada vez mais, as exigências sob o ponto de vista do direito administrativo são maiores a um autarca, as responsabilidades são maiores e portanto criticar por tentar selecionar a formação e a cautela que tenhamos de ter e a confiança, julgo que deve ser acautelado e também lhe quero dizer outra situação, que também não ia naturalmente falar porque eu obviamente sou de Mirandela, mas eu conheço muitas pessoas que vivem em Mirandela e não são de Mirandela porque não nasceram em Mirandela, mas eu considero-os mirandelenses como eu, julgo que até o Senhor Deputado é mirandense não de nascença, mas de coração e curiosamente a pessoa a que o Senhor Deputado se refere nasceu em Mirandela, não vive atualmente em Mirandela, eu tenho a convicção podemos ter mais um habitante em Mirandela e todos aqueles que conseguir trazer, estou certa que vai trazer quadros técnicos e isso é que é importante no nosso território, porque entre os concelhos vizinhos e reparem, muitas das pessoas que hoje vivem em Mirandela são de concelhos vizinhos e vieram para aqui e são eles menos mirandelenses do que aqueles que nasceram cá?! Eu julgo que não, eu julgo que todos aqueles que amam a sua terra são efetivamente mirandelenses, estando aqui, estando em outro país são de Mirandela, às vezes por motivos pessoais, por motivos profissionais, temos a necessidade de ir para fora, não somos menos mirandelenses por isso.

Relativamente à posição da Câmara Municipal quanto ao Ministério da Agricultura e da Direção Regional, já foi falado aqui que estamos obviamente preocupados e que assumiremos uma posição pública, julgo que vai sair desta Assembleia Municipal uma

posição pública, porque julgo que o Órgão onde essas situações devem ser debatidas, é aqui na Assembleia Municipal onde eu tenho o privilégio de estar.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Porfírio Esteves*, já foi respondido e ao Senhor Deputado Carlos Carvalho também é uma resposta da Mesa da Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu conhecendo a Senhora Presidente há mais de 20 anos, já nada me surpreende a sua capacidade política. Aliás, eu já a elogiei publicamente. Foi dos melhores políticos que passaram por Mirandela.

Aquando da minha intervenção, eu vi que estava a “teclar” no telemóvel e consegui, em tempo útil, que toda a informação lhe chegasse para me poder dar uma resposta. Faltou aí um pequeno pormenor. É que foi o Presidente da Junta de Frechas que alertou o Eng.º *Paulo* que o pau ou esse tronco estava empancado na entrada do canal.

Como a Senhora Presidente bem sabe, a minha moradia fica a cerca de 20 metros e eu também, na qualidade de Presidente de Junta, vou monitorizando mais ou menos o canal.

Relativamente à questão do parque de estacionamento, Senhora Presidente, embora política, mas temos que falar a verdade aos mirandelenses. Desde quando é que essa situação do terreno está penhorado ou está hipotecado, como lhe chamou? Se bem se recorda, a Senhora Presidente começou a fazer um parque de estacionamento em 2019 para seis lugares, três de cada lado. Aquilo até parecia uma casa de banho para as senhoras à direita e para os homens à esquerda.

O Presidente da Junta não concordando com o projeto, ficou bloqueado. Certo? *A posteriori* mandou fazer um, que está feito no GAT, no Gabinete Técnico, de 22 lugares. Está feito. E na campanha de 2021, assumiu esse compromisso com os moradores do Cachão. Então não tinha conhecimento que o terreno estava penhorado? Não? É uma novidade para mim. Obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, esta assembleia está a ter assuntos bastante pertinentes, lá está, é a agilidade política da Senhora Presidente da Câmara, que nós também temos que combater.

Senhora Presidente da Câmara, a Senhora ganhou eleições em 2017 com a promessa de que iam resolver a derrocada do Lidl. Só por isso? Sim, Senhora Presidente. Para mim a minha palavra da Senhora Presidente da Câmara, primeira candidata, que não acreditava tanto, mas depois Presidente de Câmara, eu tenho que acreditar nela. Aliás, é de uma chancela capaz de mover. E depois outra coisa, Senhora Presidente, todos os relatórios dizem que o que lá foi feito não garante a segurança das casas, Senhora Presidente. E depois outra coisa, Senhora Presidente, podia atacá-la, mas não vou encontrar nisso uma oportunidade, a Senhora quer fazer uma Comissão Permanente só com os técnicos da Câmara e com o Advogado? Então e o Advogado dos proprietários? Do outro lado? Sob pena de ser um fórum até ideológico, assim meio pouco democrático, onde as partes todas envolvidas no processo são os ouvidas de igual forma.

Senhora Presidente, o que lhe estou a pedir, ninguém está a pedir que pegue nos meios da Câmara e de forma abusiva coloque ali dinheiro, sem regras, para resolver o problema. Não. Queremos é que todas as partes fiquem contentes e a Comissão Permanente, Senhora Presidente, peço-lhe a si, a tal diplomacia, tanto falta a Mirandela, aliás, falta a Mirandela é política, o que está a faltar em Mirandela é fazer política a sério. É um secretismo de todo o tamanho, desde o Parque Eólico ao que está a acontecer na Direção Regional, eu não vejo os decisores políticos em Mirandela a tomarem posições públicas. O que está a faltar em Mirandela é fazer política.

Senhora Presidente, encontre no âmbito da Comissão Permanente, até porque está excelentemente bem assessorada, tem uma técnica das melhores de Mirandela que percebe do assunto e vamos juntar. E depois outra coisa, Senhora Presidente, o que pedimos a um político é a resolução dos problemas, se bem que às vezes não é possível e a resolução dos problemas, Senhora Presidente, era que pegasse no PRR de Lisboa e fosse ideológica, compre as casas àquela família, negocie com elas. Depois melhore toda a área envolvente e as casas e coloca novamente no mercado. Isto é que são estratégias. Isto é que são estratégias políticas.

Isto é que é a solução, penso eu, tanto dinheiro que há em Lisboa dado e não vem nenhum dinheiro para nós? Resolva este problema, Senhora Presidente.

Apoie-se no Senhor Presidente, com a sua magistratura de influência. Apoie-se na Arquitecta *Luísa*, noutros, junte as partes todas, vamos resolver aquele problema, sob pena de andarmos aqui de campanha eleitoral em campanha eleitoral sob pressupostos até errados, porque está na hora de discutir outras coisas.

E depois é assim, Senhora Presidente, eu quase lhe dei a solução. Mas digo assim: Será que me vai dizer outra vez que não consegue? Pois, se não consegue resolver o problema da tirolesa como é que há de resolver o problema da derrocada? Isto foi porque a Senhora Presidente me provocou.

Portanto, Senhora Presidente, há aqui diferentes órgãos, inclusive a Oposição que pode também colaborar. Eu acho que as partes todas que fazem falta nessa reunião devem estar presentes e resolver-se o problema. Pegue no PRR, pegue em 800.000,00 € ou um milhão de euros, compre as casas todas, depois dá-lhes um arranjo urbanístico e de estruturas e coloca novamente no mercado. A Câmara já pode fazer negócio afinal, só não podia era no Hospital Terra Quente. Esta é a mentalidade.

Aproveito, Senhor Presidente de Junta, a sua brigada de homens, de jardineiros, já tiveram a oportunidade de limpar o meu bairro, eu não ia dizê-lo, porque eu não trabalho individualmente, trabalho coletivamente, mas também gostei da cor dos seus equipamentos, além de dizer “Junta de Freguesia de Mirandela”, são cor de laranja. Também não os estava a ver equipados de cor-de-rosa, mas eu sei que se o Senhor Presidente pegar lá numa raspadora, a tirolesa vai logo. Isso não tenho dúvidas, porque o homem é despatchado. É por isso que é mais complicado combatê-lo ainda politicamente.

Senhora Presidente, seja ideológica, resolva o problema. Não sei se os quatro ou cinco Advogados que agora vão para a Câmara, que eu sou a favor do emprego social, se bem que este não é, porque estamos a falar de Técnicos Superiores, também vão estar na reunião para resolver os problemas, porque se não é para resolver estes problemas jurídicos, técnico jurídicos ou outros, vão ter boa vida. Quando a vida da Câmara Municipal de Mirandela e da Senhora Presidente não está nada fácil. E Senhora Presidente, faça política em Mirandela. O que nos move é aquele designio maior que é o desenvolvimento da população de Mirandela e sobretudo que aqueles que são mais novos, as gerações vindouras, encontrem a oportunidades que eu tive e outros que aqui estão também tiveram, poder estar junto das suas famílias e aqui se realizarem profissionalmente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu queria lembrar à digníssima Assembleia que a Comissão Permanente é um órgão consultivo do Presidente da Assembleia Municipal que está sempre disponível para acolher assuntos, tratar de assuntos do interesse do Município, se é o nosso superior interesse, mas quem tem a prerrogativa de definir a agenda da Comissão Permanente é o Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, sabe que já há uma família que vive na casa da derrocada do Lidl?

Senhora Presidente, se acontecer mais uma derrocada, qual é a sua posição política? E desta Assembleia Municipal? Porque se houver aqui uma votação ficamos todos vinculados. E desta Assembleia Municipal, sob pena de não estarmos aqui a fazer nada. Não é só responsabilidade da Senhora Presidente. Nós damos aqui o testemunho público. É por isso que às vezes nos sentimos impotentes nos meios que temos. É só levantar o braço, baixar o braço, quando nos abstermos. Mas, Senhora Presidente da Câmara, tenha cuidado, porque o assunto é demasiado grave e quero ver Mirandela pelos melhores motivos e a Senhora Presidente da Câmara tem ainda muito espaço no seu mandato para colocar Mirandela ao lado dessas boas notícias.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade, a Senhora Presidente responde e muitas vezes responde muito bem, até exagera um bocadinho no tempo, podia ser mais sintética e ir diretamente ao assunto na resposta às questões que são colocadas, mas depois cai neste sistema, isto é, parece quase o *Vitorino Nemésio*, não sei se se lembram dele, quando ele ia para a televisão falar a propósito uma coisa, derivava para outra, para outra, para outra e primeiro que chegasse ao assunto, até nem chegava muitas das vezes. E aqui acontece isso.

Senhora Presidente, chegamos à conclusão, por aquilo que respondeu a propósito do assessor, que afinal o critério que usou foi vir mais uma pessoa para Mirandela. Eu respeito a resposta, mas agora tem que me ouvir também, porque efetivamente esquece-se das pessoas que saem de Mirandela devido à gestão dela, porque também há gente que não concorda com muitas coisas e diz assim: “Não estou para aturar isto. Vou para outro sítio, porque me dão melhores condições de vida em determinadas situações.” É uma realidade.

Também queria assentar só outro pormenor, que é a questão dos derrotados.

É evidente que eu não dei a ênfase que deu a Senhora Presidente a essa questão. Todos sabemos que quando vai à luta ganha-se ou perde-se. Não está em causa isso. Está em causa, na minha ótica, um conjunto de critérios, entre os quais, na minha ótica, é mais importante a competência e que deviam ser definidos antes e não essa justificação que a Senhora Presidente diz, porque nem a questão do critério de ser Jurista, é válida, porque em Mirandela há gente com competência e também há Juristas. Então, nesse caso, tinha-o ido buscar antes de nomear a anterior assessora. É lógico.

Portanto, aqui também há em Mirandela gente com competência.

Quanto à questão dos Juristas, a Câmara já tem três ou quatro Juristas e há tantos assessores de Presidentes que não precisam de ser Juristas para desempenharem um bom papel, porque o assessor do Presidente, e vocês sabem muito bem, além de Jurista, tem que ser um bom comunicador, tem que estar em contacto com a comunicação social, saber tirar cá para fora as mensagens essenciais, de acordo com as direções, claro, do Presidente. Portanto, é tão importante ter outras valências do que só de Jurista.

Era só isso que eu queria dizer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo, então, a responder a esta segunda fase das perguntas.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, eu trazia toda a informação. Quando se diz que na política tem que dizer a verdade aos mirandelenses, eu vou aproveitar essa sua interpretação para mais à frente dizer algumas verdades, como sempre.

Dizer que, relativamente ao terreno, a verdade é que temos o projeto feito. Houve a situação da hipoteca por uma dívida não paga a um banco, isto já anos antes de 2017. Portanto, ainda foi em mandatos anteriores. Houve uma cessão de créditos a um fundo, depois do banco, a AIN fez um empréstimo ao banco, não pagou. Esses créditos foram vendidos a um fundo e eles fizeram a hipoteca de tudo o que é a propriedade da AIN. Isso faz com que não tenhamos, neste momento, a titularidade, a posse, para fazer a cedência ou a venda do terreno para construção do parque de estacionamento.

Logo que haja uma resolução, nós já enviamos ao fundo e estamos a falar de uma dívida para cima de um milhão de euros, nós logo que tenhamos acordo e essa questão esteja resolvida, avançaremos com a construção do parque de estacionamento, mas é evidente que não podemos ultrapassar as questões legais.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, julgo que em relação ao problema da derrocada, está com muita agilidade política, porque efetivamente esta é uma questão que ultrapassa, e muito, resoluções fáceis. Eu passo a explicar porquê.

Não é só um proprietário, são cinco proprietários. Cada um com as suas expectativas relativamente ao tema. Eu julgo que com alguns proprietários era possível chegar a acordo. Com outros era, de todo, manifestante, impossível. Houve várias tentativas. Nós nunca chegamos a um valor, até porque o processo tem várias indemnizações, danos morais e essas situações.

Portanto, não tem a ver com ideologia, nós estamos aqui para resolver problemas, mas também não estamos aqui para pôr em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal. Algum dos Senhores Presidentes de Junta estaria disponível para abdicar da sua verba que, no todo, ultrapassa um milhão de euros, para o investimento na aquisição das casas e o pagamento dos danos morais?

Alguma empreitada pode deixar de ser feita para adquirir as casas, sem que haja a demonstração que a Câmara é responsável? Então, se a responsabilidade é de um empreiteiro, é de um responsável de fiscalização, é de um diretor de obra, a Câmara, o dinheiro de todos, é para pagar aquele problema? Se a Câmara não tem responsabilidade nisto e noutras situações, pode um Presidente da Câmara cometer um ato ilegal de aquisição, sem que haja manifesta responsabilidade? Pode?

Sabem perfeitamente que isto dá perda de mandato, ou seja, não há na lei nenhuma situação que possa prever a aquisição, desde que nós não tenhamos responsabilidade. Outra coisa será que o Tribunal decida que a responsabilidade é da Câmara.

Então, o dinheiro de todos os mirandenses vai ser para resolver um problema de cinco famílias, e estamos a falar de verbas significativas, não estamos a falar de uma verba qualquer, quando a responsabilidade é do empreiteiro, é do loteador, é do diretor de obra? Vamos dar o dinheiro público para estas situações?

Estou a questionar, porque é muito fácil vir aqui à Assembleia Municipal trazer a política e transformar isto num caso político, que é um caso político. Outra coisa seria, eu já disse aqui nesta Assembleia, nós tomarmos posse administrativa na altura da derrocada. Aí era possível de ser resolvido. Em 2017 já tinha ultrapassado a questão da emergência e por isso não foi possível, na data, entrar na questão, porque aquilo que a Câmara poderia ter feito, que nós já não conseguimos fazer em 2017, é fazer as obras definitivas.

Senhor Deputado, a Câmara, nós todos, o dinheiro público, iríamos comprar as cinco casas e fazíamos depois as obras de reabilitação do espaço? Senhor Deputado, sabe quanto é que custam as obras de reabilitação do espaço?

Porque é que quando as casas foram construídas não foram construídas com muro de sustentação? Como deve ser e como há outros. Há outras situações de risco aqui em Mirandela.

Portanto, quem constrói, quem loteou, todos os interesses que existiram, porque é que as casas têm que ser construídas naquele loteamento? Aquele loteamento teve vários pareceres técnicos negativos, porque efetivamente o tipo de construção não pode ser construção em altura, em aterro e os muros de construção não podem ser uma fiada de tijolos, porque o peso das terras é enorme e os muros não aguentam.

Portanto, eu não estava, eu não estive na construção, não estive no loteamento, nós não estávamos no loteamento, não estávamos na aprovação do loteamento, não estávamos na aprovação do projeto, não tivemos responsabilidades na execução da obra. Existem tantas responsabilidades.

Na Câmara entram muitos processos de licenciamento. Existem sempre termos de responsabilidade. Antigamente, é verdade, a Câmara fazia vistorias de conformidade ou não daquilo que foi construído. Neste momento, são os termos de responsabilidades dos técnicos da obra que asseguram que está tudo feito conforme o projeto. Por isso é que há o diretor de obra e há o diretor de fiscalização. E porque é que são os técnicos da Câmara? Porque evidentemente, a Câmara se for responsável, tem que abrir processos disciplinares, porque houve pessoas que aprovaram o processo, houve pessoas que são responsáveis pela fiscalização. É verdade.

Agora, evidentemente que é muito fácil para qualquer Deputado fazer aqui algum aproveitamento político, quando também estava presente sempre nas Assembleias Municipais quando esta situação aconteceu, quando foram aprovados todos os loteamentos nesta cidade em zonas que têm um risco elevado de derrocada e de deslizamento de terras. Aquele é um loteamento de risco elevado e não é caso único. Mesmo ao lado, mesmo em cima, houve uma casa que ruiu, foi demolida. E porquê? Porque é que foi demolida? Eu não estava na Câmara à data. Também não sou responsável por essa demolição. Era da construção? A responsabilidade foi da Câmara? Saberão certamente informar melhor do que aquilo que eu tenho conhecimentos técnicos para o fazer. Ou seja, é fácil vir aqui dizer que resolva, “resolva”, mas como é que se resolve uma situação que os técnicos que estão envolvidos nos dizem que a responsabilidade da Câmara é zero e que nós vamos pôr ilegalmente dinheiro público na aquisição dos móveis ou na construção do muro de suporte definitivo, sem que o Tribunal tenha decidido.

Se fosse fácil não havia tantos peritos. Peritos nomeados pelo Tribunal, peritos nomeados pelos moradores, peritos nomeados pela Câmara Municipal. Se fosse tão fácil de resolver, Senhor Deputado, já estava resolvido. Pode ter a certeza que já estava resolvido.

Agora, a responsabilidade, sendo da Câmara, obviamente que a Câmara, e os Tribunais existem para que se resolvam casos de justiça e não foi a Câmara que tentou um processo contra os moradores, foram os moradores que intentaram um processo contra a Câmara e contra desconhecidos, julgo eu que até no Tribunal de Bragança, contra empreiteiros e outros envolvidos na própria obra. Ou seja, a Câmara é sempre uma situação, porque aqui tem a ver com o dever de fiscalização da escavação que foi feita no terreno, em baixo.

Ora, o muro caiu, porque foi feito o desaterro? Porque foi feita a escavação? Ou o muro caiu porque estava mal construído? Porque não estava devidamente alicerçado, não tinha as fundações como deveria ter tido?

Quem é que consegue responder a estas perguntas?

O processo está há tantos anos em Tribunal, porque há diferentes visões e nós, Câmara Municipal, vamos tomar uma decisão de dar um milhão, um milhão e duzentos, um milhão e seiscentos, não sei, que os juros estão a aumentar, sem uma decisão do Tribunal? Quando é dinheiro público? Se fosse dinheiro próprio, mesmo que fosse menos, eu já tinha decidido, mas eu estou a decidir do dinheiro de todos e não é fácil tomar essas decisões, porque para pagarmos aquela situação, sem sabermos se somos efetivamente responsáveis, temos que deixar de fazer outras obras.

Estão sempre aqui a falar da dívida pública, das obras, disto e daquilo e vêm aqui dizer “pague-se”, mas pague-se como? O quê? Quanto? Como se resolve? Se fosse fácil já estava resolvido.

Isto é aproveitamento político. Puro e duro. Sem conhecimento de causa. Por isso é que eu estava a propor que fosse efetivamente a versão da Câmara, porque a versão de todos os outros vocês podem tê-la noutras situações junto deles, vocês quando estão

representados na Assembleia Municipal, em Comissão Permanente. Nós não vamos repetir um julgamento em Tribunal. Nós temos que dizer aquilo que os técnicos da Câmara dizem, que estiveram presentes e neste momento são os únicos que estiveram presentes em todo o processo e que são peças-chave para resolver este problema, porque isto, mais que uma questão política, é uma questão técnica e jurídica.

A verdade é que a política resolve muitos problemas, mas a política tem sempre responsabilidades dentro dos técnicos da Câmara e, por isso, não vou falar mais nada. Acho que já falei o suficiente sobre este assunto, até porque isto está na justiça.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradecer a sua intervenção e dizer que “a gestão dela”, que julgo ser eu, “muitas pessoas se vão embora pela gestão dela” julgo que se estaria a referir a mim Senhor Deputado, lamento que tenha essa opinião, eu não faço a gestão de forma a que as pessoas saiam de Mirandela, bem pelo contrário, todos os dias, nós todos, lutamos para que tenhamos uma realidade melhor, diferente, com mais qualidade de vida, com mais acesso à cultura, à educação, à salubridade urbana e também pela coesão territorial que queremos promover em todo o concelho.

Quanto às competências, obviamente que os critérios fomos nós que os decidimos, a necessidade somos nós que a aferimos, porque somos nós que diariamente somos responsáveis pelos atos que praticamos e portanto Senhor Deputado eu agradeço, mas lamento, dizer-lhe que quem tem a responsabilidade tem de saber as necessidades que tem, o perfil que quer e por isso a lei tem essa prerrogativa de sermos nós a selecionar conforme o critério que definirmos portanto, é verdade que não precisa de ser jurista, mas é uma necessidade, o critério foi esse, não foi nem o local de nascimento, nem o local de residência, nem a cor política. Teve a ver com a formação e a competência em Direito Administrativo, que para nós na decisão e no dia-a-dia é fundamental na gestão do nosso Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, está em causa um mau entendimento, que pode levar a prejudicar a minha imagem como cidadão. Eu queria dizer Senhora Presidente se efetivamente eu referi essa expressão “dela”, peço desculpa mas não era essa a minha intenção, deveria dizer Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço imensa desculpa, mas eu quando disse “gestão dela”, pensei que poderia ser de mim, mas afinal não se estava a referir a mim.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a solicitação de intervenção de novo por parte do Senhor município *Rui Neves*, por razões de não infringirmos o Regimento da Assembleia, não lhe foi possível dar-lhe a oportunidade ao pedido de esclarecimento, uma vez que as respostas que estavam a ser dadas eram a Deputados Municipais e eles gozavam dessa prerrogativa no Período Antes da Ordem do Dia, mas a Mesa vai registar aquilo que tencionava dizer e faremos chegar e no âmbito da Comissão Permanente, que me pareceu ser o ponto a que gostaria de questionar seria a equidade da representatividade. Nesse âmbito a Mesa vai estudar essa possibilidade e naturalmente completamente disponível para colher uma relação equilibrada entre as partes se assim se vier a verificar.

Relativamente às três questões levantadas pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, quanto ao expediente, dizer o seguinte:

Uma primeira, a que referia a Moção do Plano Ferroviário Nacional de Alta Velocidade a Norte Portugal, da Assembleia Municipal de Bragança, apesar de constar na correspondência recebida em 15 de fevereiro de 2023, a mesma não acompanhou a documentação, pelo que pedimos as nossas desculpas relativamente a esse lapso.

Quanto às respostas no âmbito do Parque Eólico, questionando se já teríamos alguma resposta e porque é que dela não foi dado conhecimento, lamento informá-lo, mas aqui o lapso é da sua parte, como vê os lapsos também acontecem, recebemos apenas uma resposta da Secretaria de Estado da Cultura, no dia 05 de dezembro 2022, essa resposta foi enviada a todos os Senhores Deputados Municipais, no dia 13 de dezembro de 2022, que acompanhou a documentação para a Assembleia Municipal de dia 19 de dezembro, como poderá posteriormente verificar.

Quanto à terceira questão que refere de um *e-mail* enviado, suponho, convicto que está a falar de um *e-mail* relativamente à questão da Proposta da Assembleia Municipal Jovem. Aqui não estamos perante um lapso da sua parte, mas com certeza um lapso de perceção, um erro de perceção da sua parte, repare, por diversas razões:

O *e-mail* não foi enviado à Assembleia Municipal de Mirandela, o *e-mail* não questionava absolutamente nada, nem solicitava informações;

Esse *e-mail* foi-lhe pedido por solicitação minha, em telefonema dirigido a si, em reconhecimento do seu envolvimento e do seu entusiasmo relativamente à Assembleia Municipal Jovem, que iríamos ter uma Comissão Permanente e gostaríamos de obter uma informação da sua parte, relativamente à sua perceção, dúvidas, constrangimentos, ou angústias, ou assinalar os aspetos positivos ou negativos do desenrolar dos trabalhos necessários à realização de Assembleia Municipal Jovem.

O Senhor Deputado correspondeu a este apelo que lhe fiz diretamente por telefone, enviou o *e-mail* ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e aos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia, não foi à Assembleia e o *e-mail* foi de facto rececionado, ele não carecia de resposta, era apenas um apontamento seu que nós solicitamos e esse *e-mail*, dei-lhe conta, no próprio dia da reunião da Comissão Permanente dia 20 janeiro, da sua receção e de que o mesmo iria ser lido na integra nessa reunião da Comissão Permanente, e assim foi, o seu *e-mail* foi lido na integra nessa Comissão Permanente, como pode comprovar junto dos restantes elementos da Comissão Permanente portanto, o *e-mail* não faz parte da correspondência recebida, porque o *e-mail* não era dirigido à Assembleia Municipal, mas sim aos três Membros da Mesa.

Posto isto, qualquer outra dúvida esteja à vontade para o dizer, mas também lhe queria dizer o seguinte:

AA
VB.
FF

Não precisa de esperar por uma Sessão da Assembleia Municipal para este tipo de situações, por mais nobres que elas possam parecer, dispõe a todo tempo da abertura, do acolhimento dos Membros da Mesa e das senhoras funcionárias de apoio à Assembleia Municipal, para a qualquer momento e a todo tempo levantar qualquer questão, ou qualquer lapso que porventura se aperceba, bastando para o efeito um simples telefonema.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

4.2 - Declaração: Alínea a), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/01/2023, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 - Declaração: Alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/01/2023, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.4 - Proposta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Terceira Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/01/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Minuta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Terceira Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela e conceder à Senhora Presidente os necessários poderes para outorga do referido Protocolo;**
- 2 - Submeter este documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* (PS) invocou as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Sessão, não tendo por isso participado na discussão e votação do supra referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 37 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Terceira Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela e conceder à Senhora Presidente os necessários poderes para outorga do referido Protocolo.

4.5 - Proposta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Segunda Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/01/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Minuta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Segunda Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama e conceder à Senhora Presidente os necessários poderes para outorga do referido Protocolo;**
- 2 - Submeter este documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Contratação e Funcionamento da Segunda Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama e conceder à Senhora Presidente os necessários poderes para outorga do referido Protocolo.

4.6 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Federação Portuguesa Caminho Santiago.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/02/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela para posterior submissão a Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigos 59.º do RJAEL, o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à “Federação Portuguesa do Caminho de Santiago”, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 39 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à “Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, para posterior submissão a Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigos 59.º do RJAEL”.

4.7 - Proposta de Adenda aos Autos de Transferência de Competências para as Freguesias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/02/2023, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, propor à Assembleia Municipal de Mirandela que delibere alterar através da adenda em anexo, a alínea g) da cláusula 4.ª dos autos de transferência já celebrados com as Freguesias do Concelho de Mirandela e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), alínea que passará a ter a seguinte redação:

- “No âmbito da utilização e ocupação da via pública, o controlo prévio do subsolo municipal, designadamente no que concerne a tubos, condutas, cabos e dispositivos semelhantes, bem como o controlo prévio relativo às cabines ou postos de comunicações e aos postos de transformação, bem como o controlo prévio referente às antenas, fios e cabos que atravessam o espaço aéreo sobrejacente ao domínio público municipal e ocupação da via pública respeitante a todas as operações urbanísticas a promover no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação ou legislação equiparada”.

----- Efetuada a votação e estando 39 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração através de adenda, à alínea g) da cláusula 4.ª dos autos de transferência já celebrados com as Freguesias do Concelho de Mirandela e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).”

4.8 - I Alteração Orçamental Modificativa 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/02/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 - O Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2022, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- 3 - A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

----- Efetuada a votação e estando 39 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 37 votos a favor, aprovar a I Alteração Orçamental Modificativa 2023.

4.9 - Alteração do Modelo de Organização Interna dos Serviços do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/02/2023, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a alteração do modelo de estrutura orgânica anteriormente adotado conforme proposto e autorizar a criação de unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau até ao máximo de oito e de duas equipas multidisciplinares;
- 2 - Submeter esta deliberação à análise, discussão e deliberação da Assembleia Municipal;
- 3 - Proceder à publicação no Diário da República, sob pena de ineficácia, do novo modelo de estrutura da organização adotado.”

----- Efetuada a votação e estando 39 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 36 votos a favor, aprovar a alteração do modelo de estrutura orgânica anteriormente adotado conforme proposto e autorizar a criação de unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau até ao máximo de oito e de duas equipas multidisciplinares e proceder à publicação no Diário da República, sob pena de ineficácia, do novo modelo de estrutura da organização adotado.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu estive para iniciar a minha intervenção a fazer piada, mas efetivamente nem um almoço animado dá para fazer piada disto, porque já estava farto não sendo o alvo de determinados tipos de comentários, mas eu tenho a minha tolerância, para determinado tipo de afirmações é inexistente.

Existe um grupo no *Facebook* chamado Refletir Mirandela, que eu não sei quem é, mas espero vir a saber porque vou apresentar queixa-crime contra eles e esta intervenção que faço aqui dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia e por seu interposto à Senhora Presidente da Câmara, é que fosse investigado quem é o autor deste tipo de publicação, porque vou lê-la:

“Procedimentos Concursais a caminho de um novo processo de impugnação... daqui a 12 anos.

A Câmara Municipal de Mirandela, decidiu abrir um procedimento concursal para 9 técnicos superiores. Desde que se soube dessa intenção, que muito se foi comentando, de que os lugares já deveriam estar “cozinhados”. Agora que foi publicada a listagem de

quem foi admitido ao concurso, consegue-se comprovar que realmente cada vaga, já têm o seu dono... Uma das outras vagas na área Jurídica será para um Presidente de Junta, que no último ato eleitoral manteve-se como Presidente de Junta, mas desta vez em representação do PS em vez do PSD, considera-se que seja o pagamento do favor, trata-se de *Eurico Carrapatoso*.”

Aqui estava a piada, porque eu estive para me apresentar aqui como o novo Jurista da Câmara Municipal de Mirandela, que tanta certeza tenho que vou ganhar o concurso, que concorri às três vagas dos três concursos que foram abertos. Daí a minha certeza, eu já sei perfeitamente que vou ser o Jurista para as três vagas! Portanto, todos os candidatos escusam de concorrer porque sou eu e mais ninguém quem vai ganhar essa vaga!!!

No que a mim me diz respeito, eu vou apresentar queixa-crime, quero saber quem foi o autor desta publicação. Relativamente à Câmara Municipal, eu recomendava, porque isto é difamação a um Órgão, uma pessoa coletiva através de meio de comunicação, através de uma plataforma informática, portanto acho muito bem que não seja silenciado e que haja uma tomada de posição, porque estão a brincar com qualquer um que ganhe o concurso, porque eu já sei, eu vou concorrer, mas se ganhar, Senhora Presidente, vou-lhe beijar a mão e muito por me ter permitido vir para a Câmara! Mas ele relativamente aos outros concorrentes, há-de haver sempre o anátema de que é o pagamento de um favor, aquilo que imagina é que qualquer procedimento concursal seja aberto pela Câmara agora é para pagar tachos.

Eu no que a mim me toca eu vou estudar e daí ter concorrido às três vagas, porque não sei se ganho sequer num e portanto, o que eu acho efetivamente é que a Câmara Municipal aqui devia tomar uma posição forte, porque afirmações deste género não devem ser admissíveis.

Felizmente eu até acho estranho, porque as pessoas são até apressadas a fazer comentários neste tipo de publicações e só tem dois comentários e eu se calhar até lhe estou a dar aqui uma visibilidade, mas acho bem que seja visto, porque isto é grave, isto é grave porque somos todos os que estão a concorrer, a colega *Débora Pereira* também vai concorrer, também vai ser mais uma das beneficiadas, a *Graciete*, portanto, qualquer pessoa que concorra já escusam os outros de concorrer, porque ninguém vai entrar, são três vagas e somos três!!!

Eu concorri pelo PSD no ano 2017 e com muito orgulho e com mais orgulho ainda ou igual orgulho pelo menos, concorri pelo PS em 2021 e não foi para pagar favor nenhum, foi por acreditar como acreditei e continuo a acreditar, que foi a nossa Presidente *Júlia Rodrigues*, quem mais fez e melhor fez pela Freguesia de Alvites, o meu pagamento não foi outro senão este, ter feito a obra que se comprometeu e ter-se comprometido a fazer mais.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se bem se recordam na Assembleia Municipal de 19 de dezembro, houve aqui um debate, um bocado até aceso, relativamente à questão da água, o Senhor Deputado da CDU afirmava que a água ia subir e a Senhora Presidente dizia que não. O que aconteceu efetivamente é que a água subiu e não foi tão pouco quanto isso, só para dar uma ideia a Junta de Freguesia de Frechas dos contadores que tem, cemitérios, associações, sede da Junta de Freguesia, pagava em média por mês entre 40,00 € a 50,00 €, a fatura deste mês só é de 118,00 €!

Por exemplo, a fatura dezembro pagávamos 6,96 €, a fatura de janeiro do mesmo contador um consumo de 1 m de água vamos pagar, já pagamos 16,36 €, comparativamente aqui o abastecimento de água pagávamos 3,00 €, abastecimento de água em 2023 pagamos 6,00 €, só dobrou!

Relativamente ao saneamento e águas residuais pagava 0,60 €, saneamento águas residuais 2023 já pagamos 8,00 €, acho que isso é um abuso, não é um aumento, é um abuso.

Também na minha intervenção de dezembro, falei aqui no GAM Móvel, questioneei a Senhora Presidente e eu já não duvido das suas capacidades políticas, mas há pouco não lhe pude responder, fiquei surpreendido foi com o dom de adivinhar aquilo que os Membros da Assembleia vão intervir, porque já tem aí tudo preparado para responder, fiquei admirado, fiquei admirado com esse dom que a Senhora Presidente tem, desconhecia-lho, eu falei-lhe do GAM móvel e disse que não tinha dados consigo, a final tem sempre, mas no dia 19 de dezembro não teve! E agora para meu espanto, ouvi na rua da República que o GAM Móvel estava parado, não está a circular e a Senhora Presidente afirmou no dia 19 de dezembro, que o GAM Móvel custasse o que custasse tinha de andar, porque era um projeto da CIM-TTM. Então agora já acabou o projeto da CIM-TTM?!

Porque é que acabou, se é que acabou, eu ouvi na rua da República, a Junta de Freguesia de Frechas não foi notificada, não sei se as outras Juntas foram, mas afinal está parado não está parado?! São boatos na rua da República? Gostava que clarificasse essa situação.

Já passamos o Carnaval, mas eu tenho que falar no Natal, porque no Natal ainda não tinha estes dados, a Senhora Presidente fez uma festa para o jardim-de-infância e para o primeiro ciclo no pavilhão do Inatel, com o Pai Natal e tudo mais e quando as crianças associam o Pai Natal, associam a quem vai dar uma prenda, mas foram todas a zero, não houve prendas para ninguém! O que é curioso, é que no ano passado, o ano que antecedeu as eleições, a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores deslocaram-se ao jardim-de-infância a levar as prendas, não entendo, não haveria dinheiro para isto, Senhora Presidente?! Isto dá-me sinal de uma Câmara empobrecida, descapitalizada, mas por noutro lado, quando vejo nas redes sociais assinaturas de adjudicação de obras com pompa e circunstância, fotografias, filmagens, estou a falar da rotunda do hospital, ainda tem dinheiro para por um *outdoor*, os mirandelenses acreditam em si, que a obra ia nascer, ou é para informar quem vier a Mirandela que vai encontrar uma rotunda, isso é propaganda, não é?!!!

Relativamente ao PDM, de facto os Presidentes de Junta têm sido chamados a reuniões e para meu espanto fiquei surpreendido pela negativa, eu pensei que era para alargar o perímetro urbano, afinal estão a estreitar o perímetro urbano, ou seja, onde já há habitações, rede de águas e vão tirar do perímetro urbano? Vão proibir de construir onde é que já há casa de habitação? Eu acho que isto é um contra senso, acho que os presidentes de Junta deviam, na minha opinião, deixava já aqui o repto aos Presidentes de Junta, marcarmos uma reunião com a Senhora Arquiteta, Engenheira *Luísa Belchior*, com algum carácter de urgência, porque as Freguesias vão ser muito penalizadas, não faz sentido onde é que já há um aglomerado de cinco ou seis casas, agora ser retirado, é a minha opinião.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu aviso já que não sou Jurista portanto, não sei como é que me vai ser pago o meu favor, mas eu jurista não sou!

O que eu vou aqui dizer já o disse milhentas vezes, eu disse aqui uma vez ainda enquanto Presidente de Junta, que enquanto fosse Presidente de Junta vinha aqui trazer sempre os mesmos problemas, enquanto eles não fossem resolvidos, deixei de ser Presidente de Junta, mas continuo a ser, de vez em quando Membro desta Assembleia Municipal, continuarei a trazer cá os mesmos problemas.

Talvez das palavras que mais se houve falar nos noticiários é PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, ainda não consegui perceber o que é que é o PRR e lembro-me sempre quando é do PRR que podia ser aproveitado em Trás-os-Montes, podia ser aproveitado na minha Freguesia, que tem lá não sei quantas casas abandonadas, inclusivamente a Casa Paroquial e a Casa do Povo, que era assim que se chamava, que estão em ruínas, que estão a cair, tantos idosos, tantos velhinhos, a viver cada um em sua casa, já uma altura tivemos aqui esta conversa com o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, não sei se se recorda, tanta gente a viver cada um em sua casa, sozinhos, podiam juntá-los todos numa só casa. Então, não me digam que o PRR não dá, ou não houve tempo para programar, para recuperar e restaurar aquelas casas, fazer ali um Centro de Dia, um Lar de Idosos, para que as pessoas de uma vez por todas no fim dos seus dias tenham uma vida minimamente confortável, com aquecimento, mas não, são velhinhos que estão abandonados, continuam a viver sós, sem comer muitas vezes, ainda bem que há a Santa Casa da Misericórdia, por isso é que assim se chama, para os socorrer muitas vezes. Pelo menos a mim pessoalmente, afeta-me muito esta questão social, até porque também estou a caminhar para lá e todos caminhamos para lá um dia.

Outra questão é, já hoje aqui se falou do problema da água, o que é que é feito, tivemos reuniões aqui entre a Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara de Murça, defendiam um projeto com os intermunicipal e o Presidente da Junta de Palheiros, o Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, reunimos pelo menos duas vezes, o que é que se vai fazer? O que é que já se fez na Ribeira *D'Aila*, para pelo menos reter algumas das águas, para um dia serem utilizadas, passa ali uma ribeira nunca secou, dizia eu na vida, portanto, este ano esteve quase a secar, mas não secou. Passa ali um desfiladeiro que ninguém tira de lá nada, porque é que não é feita ali uma represa, não sei se o PRR dá para isso, nem se não, também o PRR não dá agora, ou nunca mais dá.

Eu estou a ter um discurso de forma construtiva, eu já passei por isto, eu estive 28 anos na Junta de Freguesia e portanto e nada disto foi feito e eu assumir essa minha responsabilidade. Porque é que no Franco andei a vida toda a bater-me, por um pavilhão, chamava-lhe eu, multiusos, continua-se a justificar, nunca fui defensor de um polidesportivo, continuo a defender um pavilhão multiusos, em que seja um pavilhão coberto, em que as pessoas possam desenvolver todo o tipo de atividades desportivas, culturais, feiras, qualquer tipo de atividade que uma comunidade deve desenvolver, mas que não tem condições para que as possa desenvolver.

Virei cá sempre falar disto, podem ter a certeza absoluta, peço desculpa a quem me ouviu já falar disto variadíssimas vezes, mas continuarei a falar sobre isto enquanto não vir qualquer concretização de qualquer um destes projetos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não tinha nada previsto para intervir, mas durante o dia verifiquei que havia aqui vários colegas das Juntas de Freguesia com a mesma preocupação, que é a Revisão do PDM. Este problema também já foi de manhã aqui debatido pela nossa representante na Comissão de Acompanhamento de Revisão do PDM Arquitecta *Luísa Belchior*, eu acho que é um assunto que nos deve preocupar a todos. Fomos recentemente convocados para uma reunião com o Município, onde nos apresentaram a intenção da CCDR-N Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que é quem lidera a Comissão Consultiva do PDM e tem o poder de decisão, que era sua intenção retirar várias parcelas que fazem parte agora do PDM, mas que de futuro serão retiradas, por não estarem totalmente infraestruturadas.

Ora bem, nós sabemos que realmente é a CCDR-N e cerca de 22 entidades que fazem parte dessa Comissão Consultiva e que têm o poder de decisão, mas quem tem o poder de planeamento local e de argumentação é o Município, a CCDR-N desconhece completamente a realidade local, não tem conhecimento das necessidades de construção, das disponibilidades de terreno, quem tem que fazer esse estudo, a meu ver, é o Município juntamente com as Juntas de Freguesia e representante na Comissão Consultiva que é a Engenheira *Luísa Belchior*, têm de fazer o estudo de pormenor, verificar onde é que há as verdadeiras necessidades, verificar onde é necessário, com pequenas Infraestruturas, dotar esse espaço de infraestruturas para que fique dentro do perímetro urbano, porque se não vai ser a machadada final no desenvolvimento das freguesias, em vez de termos um instrumento de desenvolvimento, que deve ser o PDM, temos um instrumento cheio de restrições e de bloqueio ao desenvolvimento das freguesias e não é isso que nós queremos.

Nós sabemos que este processo de Revisão do PDM está num estado avançado e temos que agir o mais rapidamente possível.

Eu há cerca de 3 anos, quando estive em consulta pública, pedi o aumento de algumas áreas, pois verifiquei agora que não foram consideradas e ainda por cima, vão retirar parcelas que estão no meio de outras habitações, que servem apenas para colmatar espaços livres, onde já tem saneamento e acessos, falta apenas um tubo de água, eu acho que a Câmara Municipal ou até mesmo a Junta de Freguesia rapidamente faz essa extensão da rede, um tubo de água e fazamos ali com mais duas ou três parcelas para construir.

Temos que analisar ao pormenor, este estudo tem que ser feito rapidamente, a meu ver, pelos Técnicos do urbanismo do Município, juntamente com as Juntas de Freguesia e a Câmara tem que saber o que quer e tem que nos comunicar se realmente vai defender as Juntas de Freguesia e vai até dotar rapidamente alguns locais de infraestruturas, para que sejam considerados, ou se não vai fazer nada e vai querer que as pessoas venham todas viver para a cidade. Sendo assim qualquer dia fazemos aí um novo loteamento e a rua A fica para os moradores de Abambres, a rua C fica para os moradores de Cabanelas e assim sucessivamente!

Sabemos muito bem que o poder de decisão é de várias instituições, mas o Município tem que fazer esse estudo rapidamente, juntamente com as Freguesias, porque se não vai ser o abandono total e a desertificação das nossas aldeias.

E já agora, já que todas têm que ter infraestruturas, faço uma pergunta, então aquelas que já estão construídas vão ser dotadas de infraestruturas? É que por exemplo, em Vale de Juncal, um terço, Vale de Juncal tem cerca de 150 moradores permanentes, um terço não tem rede de saneamento, são cerca de 50 que não têm, vão ser dotados de rede de saneamento?

Vai ser proibido construir onde não existem todas as infraestruturas, mas vão dotar as que já estão construídas de infraestruturas?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que foram colocadas, vou passar a responder por ordem de intervenção e começo pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, que trouxe a esta Assembleia um tema recorrente, que julgo que é uma questão que acontece em todo o país, em todo o mundo, que é questão das redes sociais, dos perfis falsos que todos conhecemos e cada vez há mais e também de um grupo do *Facebook* que faz comentários e afirmações injuriosas e difamatórias do bom nome da entidade Câmara Municipal de Mirandela e portanto, todos temos conhecimento de vários grupos, muitas das situações que são vertidas nesses grupos e nesses perfis falsos dos comentários, obviamente que as responsabilidades começam desde logo por poderem ser alvo de uma queixa-crime, que internamente vai ser avaliada a nível do Município de Mirandela, através do Advogado da Câmara Municipal, até porque existem fontes de investigação que conseguem localizar esses perfis, existe já muita Investigação por vários Técnicos no sentido da sua identificação, alguns são acessíveis, outros menos acessíveis, mas é o novo mundo das redes sociais e da cobardia de muitas pessoas a assumirem as suas posições públicas, em democracia é sempre possível ter liberdade de opinião, desde que respeitemos o próximo e isso é uma questão fundamental, é o respeito.

Lamentavelmente temos este perfil, este grupo, esta página que tem acusações graves, injúrias, mentiras, que causam naturalmente mal entre a comunidade e se o foco era pedir a atenção para essas situações, julgo que consegui, mas no sentido negativo e nós devemos meter foco em determinadas situações no sentido positivo, construtivo e não depreciativo, como acontece nestes grupos.

Em relação a isto, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, dizer-lhe que estamos a avaliar internamente uma queixa, como estamos também a avaliar outras situações internamente, porque de facto há limites para as questões pessoais e dentro da política há uma situação que tem que ser garantida, como precisamente os professores agora estão a exigir, que é o respeito e, portanto, temos que nos respeitar uns aos outros, respeitar os professores, respeitar os responsáveis políticos, porque efetivamente todos temos a nossa dignidade e todos fazemos o melhor nas funções que estamos a exercer e, portanto, agradecer esta intervenção, de facto temos que refletir, isto para fazer aqui jus ao nome do grupo, temos que refletir muito e também fazer aqui uma auto reflexão sobre qual é o nosso papel nesta Assembleia, qual é o nosso papel de muitas vezes se fazerem acusações gratuitas, de que o caminho não é a resolução de problemas mas o aumento dos conflitos. Nós não estamos por aí, não é esse o nosso caminho e por isso evidentemente que estamos preocupados com estas situações que acontecem em todos os concelhos, em todos os princípios, mas há um limite que não pode ser ultrapassado a agora aqui, julgo eu, que se ultrapassaram os limites.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, por falar em limites, efetivamente a água subiu é verdade, a água subiu porque choveu muito.

Em relação à fatura da água, houve efetivamente uma alteração da estrutura tarifária e essa alteração da estrutura tarifária desencadeou algumas modificações, que existe no *site* da Câmara a explicação, do que é que cada situação se verifica e quando nós aprovamos aqui a alteração da estrutura tarifária, foi explicada exatamente qual é que era a questão do valor da água, dos resíduos sólidos urbanos, porque são alterações não de subida de valores, mas alterações da estrutura.

Temos taxas variáveis, temos a questão das famílias numerosas, tarifários sociais e portanto, julgamos que este novo tarifário é um tarifário mais justo, em que por exemplo, as IPSS podem recorrer também ao tarifário social. Há municípios que vão baixar a sua própria fatura, há outros que vão subir, porque houve uma alteração dos próprios escalões, o que evidentemente houve a subida não foi na água, nós temos neste momento uma taxa de resíduos que a Resíduos do Nordeste está a cobrar às Câmaras e portanto, esse foi um valor que nós evidenciamos nas faturas, mas como sabem está-se a fazer um grande esforço, no sentido de aproximar os parâmetros obrigatórios da ERSAR sob pena de termos que devolver dinheiro de fundos comunitários na fatura da água.

Quanto ao GAM Móvel, a verdade é que o processo foi suspenso, nós só estamos a fazer o atendimento no Mercado Municipal à quinta-feira, porque os dados que nós tínhamos dos atendimentos eram muito reduzidos e tivemos uma redução dos recursos humanos e optamos por manter a Unidade Móvel de Saúde em detrimento do GAM Móvel.

Neste momento está a ser estudado os locais onde se justifica a nossa ida, mas de facto nós fomos auscultados pela AMA – Agência de Modernização Administrativa por causa dos atendimentos baixos que tínhamos em muitas freguesias, em muitos locais. Julgo que também houve aqui uma falta de comunicação às próprias populações e já procedemos a um contacto com a CIM-TTM no sentido de criar lógicas de proximidade e de divulgação junto das pessoas diferentes, ou eventualmente associar os dois serviços, a Unidade Móvel de Saúde e o GAM Móvel, para fazer esses atendimentos nas freguesias.

Relativamente à festa de Natal, fez-se um espetáculo é verdade, fez-se um espetáculo no Pavilhão Inatel. O ano passado, como nós não fizemos o espetáculo oferecemos uma prenda a todas as crianças e este ano fizemos o espetáculo, acreditando também que é um momento de convívio entre todos e julgo que foi um momento bonito, que não pode dizer-se que se trata de uma Câmara empobrecida, porque deram um espetáculo com dignidade, podíamos ter feito as duas situações, à data resolvemos fazer o espetáculo para todas as crianças e também quero chamar a atenção que foram transportados todas as crianças, o que implica um investimento da parte da Câmara Municipal para que todos tenhamos acesso às mesmas situações em vez de estarmos a não nos lembrarmos das crianças de mais longe e portanto, o investimento foi também no transporte e na realização de um espetáculo melhor, para ser uma situação de convívio e celebração de Natal entre todos.

Julgo que as crianças gostaram, pelo menos pelos sorrisos foi um momento interessante.

Em relação ao PDM e porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Cabanas* também falou nele, vou falar depois em conjunto.

AA
V.B.
FF

Vou passar então à resposta ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, relativamente ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, nós temos um instrumento que já foi aprovado, ainda no anterior mandato, que é a Estratégia Local de Habitação, chamado 1.º Direito, temos uma equipa de trabalho a funcionar, temos vários projetos já submetidos, temos uma dificuldade no registo das próprias casas e muitas vezes as questões burocráticas e de registo são principal entrave à aprovação dos processos, porque o registo é obrigatório estar em nome individual, ser a primeira habitação e ter direito a que a elegibilidade seja total, ou seja, é um fundo perdido.

Nós tivemos a aprovação de uma candidatura em Vale de Prados, nas Múrias que já foi aprovada ontem, estamos sempre a submeter candidaturas à medida que vamos reunindo todos os documentos. A questão da reabilitação das casas nas aldeias, eu julgo que era importante, não só na cidade, no centro histórico, mas também fazer um esforço para além das questões dos perímetros urbanos e de novas habitações fazer um esforço para além das questões dos perímetros urbanos e de novas habitações, fazer um esforço para a reabilitação de imóveis degradados nas aldeias, temos muitos que são de heranças muitas vezes, que têm um valor patrimonial se calhar reduzido, mas que devemos fazer todos esse esforço de reabilitação de casas degradadas, para que também possamos ter no centro de cada uma das nossas aldeias, casas em boas condições, também casas antigas recuperadas, que têm um valor para todos superior.

De qualquer forma, nós sabemos que existem alguns idosos que vivem sozinhos, muitos deles por opção, porque as casas, os lares, os centros, apesar de serem tratados e de serem acompanhados, as pessoas gostam de estar nas suas casas, nas suas aldeias com as vizinhas e por isso acredito que esta situação no Franco ocorra também.

Relativamente à questão da água, nós na CIM-TTM estamos a fazer um estudo das bacias hidrográficas a nível da CIM-TTM e de facto este projeto da ribeira *D'Aila* teria que ser sempre parceria com Murça, nós estamos a aguardar o potencial que temos em todo o concelho de Mirandela, integrado naturalmente com os outros concelhos vizinhos e depois avançaremos para projetos locais, porque Murça pertence à Comunidade Intermunicipal que não é a nossa, mas tinha que ser um projeto intermunicipal.

Não perdemos de oportunidade este projeto e temos consciência que as reservas de água para regadio e para consumo humano é uma das nossas preocupações, também na Terra Quente, em prioridade na Terra Quente, porque estamos com períodos de seca prolongados, como aconteceu este ano.

Relativamente ao pavilhão multiusos, eu julgo que o Franco tem, não querendo interferir na questão relacionada com a gestão da Junta de Freguesia obviamente, mas há um problema que já existe há muitos anos e que o Senhor Deputado *Paulo Pontes* conhece bem. que é o estacionamento de camiões, temos que criar ali uma solução para que o estacionamento seja compatível com a vida daquela comunidade e criar infraestruturas porque é naturalmente uma zona de passagem, de paragem e de pernoita de camiões.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, nós estamos a preparar o Plano Diretor Municipal não é de agora, vocês foram acompanhando e nunca se fez tanta discussão, tantas reuniões e, portanto, nós em março deste ano vamos ter uma reunião novamente com a CCDR-N e não somos nós que proibimos os aumentos de perímetros urbanos, nós temos uma legislação que está em vigor, temos uma empresa que por acaso é a mesma que fez a Revisão do Plano Diretor Municipal em 2015, porque consideramos que era benéfico ser a mesma entidade a fazer agora esta Revisão e nós tivemos obrigatoriamente que fazer esta Revisão do PDM, não foi porque nós nos lembramos, ainda bem que fizemos, porque já resolvemos algumas situações pendentes.

Temos uma equipa nomeada para acompanhar a Revisão do PDM, a outra Revisão do PDM durou cerca de dez anos, esta Revisão do PDM está a ser mais rápida, mas queremos que seja de encontro àquilo que são as regras em vigor e também o poder de decisão não está na Câmara Municipal e portanto, as nossas propostas são submetidas, tem que ser enquadradas nas propostas que são passíveis de ser aprovadas e portanto, a nível de infraestruturas todo o cadastro que nós temos de infraestruturas nós estamos a colocar e tudo o que é o compromisso que nós temos de fazer novas Infraestruturas, nós vamos assumir esse compromisso.

Há uma situação que tenho que partilhar convosco, a nível de PDM há uma questão técnica e há a decisão política, como noutras situações e em relação à questão técnica e aos perímetros urbanos, por isso é que foram chamados os Presidentes de Junta para poderem dar o vosso parecer relativamente a essas questões.

Ninguém nos garante que toda a Proposta que a Câmara Municipal faça, venha a ser aprovada, com a aprovação de todas as entidades ou também da CCDR-N e portanto, depende de nós a Proposta, não tem a ver com planeamento, tem a ver com o facto de podermos estar a cumprir ou não aquilo que são as determinações da CCDR-N e das 22 entidades que dão parecer sobre aquele instrumento de gestão territorial e portanto, acusar a Câmara Municipal que queremos proibir o desenvolvimento urbano das aldeias, acho que é tremendamente injusto e nem sequer é verdadeiro, porque efetivamente nós não temos de proibir, nós queremos o desenvolvimento, nós estamos a tentar incluir neste instrumento de gestão territorial a resolução de algumas situações, a possibilidade também de encontrar novos perímetros, mas sabemos que é muito mais restritivo que o anterior e portanto, sabemos que um dos riscos que nós corremos, como todos os municípios deste país, porque este não é um problema de Mirandela, é um problema do país, cada vez vai haver mais restrições em relação a uma série de fatores, nomeadamente a existência de infraestruturas, quando falamos de infraestruturas não falamos só de abastecimento de água e saneamento, porque sabemos que alguns locais do nosso concelho, nem temos tecnicamente uma solução para o saneamento, não temos e isso faz com que existam naturalmente restrições à Câmara Municipal, mas será extremamente injusto dizer-se que são os Técnicos da Câmara que não querem o desenvolvimento regional e que querem restringir os perímetros urbanos.

Nem a responsabilidade é dos Técnicos, nem a responsabilidade é do Executivo, por isso queria deixar bem claro, que tudo aquilo que nós fazemos é no sentido de promover o desenvolvimento, naturalmente que vocês foram chamados para nos ajudar e para nos apoiarem nas Propostas que vamos fazer na próxima reunião com a CCDR-N.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No âmbito desta questão do PDM a Mesa gostava de informar o seguinte e até tendo como base os seguintes pressupostos:

Ainda é pouca a informação que todos dispomos no âmbito desta Revisão do PDM, como ouvimos por parte da Senhora Presidente, a competência exclusiva não é da Câmara Municipal, o poder de decisão, bem como a questão envolve uma dimensão técnica e uma dimensão política.

AA
VBS.
FF

Nesse sentido, a Mesa compromete-se, junto da Assembleia Municipal, que na próxima Reunião da Comissão Permanente, que está já agendada para o próximo dia 17 de março, incluir a matéria para nossa reflexão, colher informação que seja passível de partilhar entre todos nós, no dia 17 de março, nessa Reunião da Comissão Permanente, sem prejuízo de até eventualmente se fazer outra iniciativa que a Comissão Permanente julgue necessária e o necessário é a melhor informação para que todos possamos refletir, em função das intervenções que já houve a este nível, bem como das missivas por parte dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia sobre esta matéria, para que todos nós possamos estar na melhor e mais bem qualificada informação para fazer essa reflexão política sobre a matéria.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agora que a Senhora Presidente confirmou a paragem do GAM Móvel, eu acredito em si, na rua da República que se diz não acredito.

Senhora Presidente, quando a questioneei sobre a relação do custo/benefício, não tinha dados, agora chegaram à conclusão que efetivamente não se justificava a deslocação do GAM Móvel em determinadas localidades, ou seja, leva-me a concluir que só depois da minha questão do dia 19 de dezembro é que vocês se debruçaram sobre esse assunto e fizeram esse estudo é a minha conclusão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para dizer à Senhora Presidente que gostei das respostas que me deu e era essas que eu esperava, como vou esperar sempre, mas há uma que me tentou confundir, mas que não me confunde, que é a seguinte, é do pavilhão multiusos, existirá efetivamente um problema de estacionamento camiões no Franco, existirá para algumas pessoas, para outras não existe, para mim foi sempre muito claro, mas eu já não sou Presidente de Junta, sou um simples freguês do Franco e Vila Boa, mas existirá de facto esse problema, mas eu resolvo já esse problema aqui na Assembleia Municipal, eu pus o problema foi do pavilhão multiusos, construa-se o pavilhão multiusos e eu garanto-lhe que se resolve o problema de estacionamento dos camiões no Franco, que nada tem a ver uma coisa com a outra, ou então deixa de ter a ver esteja lá feito o pavilhão multiusos que o problema do estacionamento dos camiões está resolvido.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não disse que a culpa era do Município ou dos Técnicos do Município, o que eu disse foi que a Câmara Municipal como entidade local deve defender os interesses locais, deve fazer um estudo pormenorizado das necessidades e uma avaliação no terreno, porque eu até acho que há parcelas que de um lado são infraestruturadas com água e do outro com saneamento e se calhar até estão completamente infraestruturadas, coisas que não dá para ver no mapa e que a CCDR-N também não tem conhecimento.

Eu sei que quem tem a capacidade de decidir é a CCDR-N e todas as entidades que compõem a Comissão Consultiva no entanto, cabe ao Município, que é entidade local e que deve estar a defender aqui localmente o nosso território, fazer o trabalho para poder argumentar.

Eu não sei se o Município vai propor todas as nossas Propostas que foram faladas nessa reunião, ou seremos depois apanhados de surpresa, a dizer que não propuseram metade das nossas Propostas. Eu acho que deviam reunir connosco e vermos, para a Freguesia de Abambres vamos propor que sejam retiradas x parcelas e vamos propor que mantenham x. Nós também temos que ceder. Eu acho que também eu e os meus colegas temos que fazer também esse estudo e lanço já aqui o repto, de não quereremos que o perímetro alargue em todas as localidades, eu tenho três aldeias e se calhar só há necessidade numa delas, ou em duas, mas até digo que aquela que menos está a crescer, ou que não tem crescimento nenhum, é onde é que mantêm o perímetro e não há corte nenhum.

Nós temos que ceder de um lado e ser beneficiados do outro, mas esse estudo é que tem que ser feito. Eu não disse que a culpa era do Município, ou dos Técnicos do Município, o estudo tem que ser feito em conjunto com o Município e com as entidades que são as freguesias, que são as entidades locais e temos que argumentar, fazer esse estudo, ir ao terreno provavelmente e ter poder de argumentação, senão chegam à Comissão Consultiva e dizem queremos o alargamento de todos os perímetros urbanos e isso claro não vai ser aceite.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o que está aqui em causa é efetivamente a inexistência de infraestruturas urbanas, resultante de um problema que, claro, este Executivo agora tem em mãos, devido a esta Revisão surgir neste momento, mas de um desinvestimento de décadas, de um desinvestimento enorme nas freguesias, nas Infraestruturas e agora claro, a ausência de pelo menos uma infraestrutura inviabiliza a construção nessa parcela, ainda que possa eventualmente essa parcela estar neste momento dentro do perímetro urbano, o que é grave, é grave porque isso torna muito difícil a construção, a edificação nas nossas freguesias e naturalmente o desenvolvimento e reparem, que nós temos no concelho de Mirandela freguesias muito próximas da cidade, freguesias muito satélite que poderiam muito bem ser espaços repovoados, como já está a ser a Freguesia do Senhor Presidente de Junta de Abambres e freguesias que reúnem condições de praias fluviais e também condições turísticas, que devem ser acauteladas.

Aquilo que eu sugiro, era que se fizesse um levantamento e uma previsão daquilo que pode ser e vir a ser infraestruturado, por forma a minimizarmos um dano de uma redução muito drástica de um perímetro que vai durar e perdurar por vários e longos anos. É isso que se pretende, é isso que todos nós os que falamos sobre este tema, estamos a alertar a Assembleia, não é um tema menor,

é um tema muito maior a vários níveis, não só para a habitação familiar, assim como para a promoção turística e para o desenvolvimento global e para a própria meta de atingir a tão falada coesão territorial.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito rápida dizer que, efetivamente, ao Senhor Presidente Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, a suspensão temporária do GAM Móvel, nós fazemos todos os meses a avaliação, porque temos que enviar os dados para a Agência de Modernização Administrativa e fazemos todos os meses essa avaliação, no entanto, este projeto apesar de ser um projeto muito interessante, nós temos algumas Juntas que já têm localmente serviços de atendimento e que portanto, também prestam algum serviço a outras localidades perto e temos muitas pessoas que usam o GAM Móvel no dia de feira no Mercado Municipal, que é onde há maior nível de atendimentos.

Este trabalho que foi feito no início de prospeção daquilo onde nós podíamos ter rede para prestar todos os serviços foi um trabalho importante, mas também depende muito da forma como a divulgação é feita localmente e portanto, em algumas freguesias correu melhor não podemos estar nos melhores horários em todo lado, porque efetivamente o concelho, como sabem, tem uma grande extensão e não conseguimos estar em todo o lado nas melhores horas, nas horas em que as pessoas estão disponíveis para ir ao GAM Móvel.

Temos que avaliar, reavaliar e voltar a colocar a funcionar nestes moldes, ou noutros moldes e é isso que estamos a fazer internamente, julgo que na próxima Assembleia Municipal já teremos novidades sobre este projeto.

Relativamente ao pavilhão multiusos, de facto eu esqueci-me de abordar o pavilhão multiusos, passei diretamente para o estacionamento de viaturas, este é um projeto que eu sei que o ex-Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, tinha como o projeto bandeira para construir. Neste momento a União das Freguesias tem que considerar alguns projetos que acha como prioritários, julgo que este é um assunto que tem que ser resolvido também internamente, em conjunto com a Câmara Municipal, avaliar a prioridade da construção.

Relativamente ao PDM, vou ter obviamente que concordar com aquilo que foi dito pela Arquitecta *Luísa Belchior*, mas dizer que efetivamente nós temos feito esse trabalho, ou seja, por isso é que nós pedimos aos Presidentes de Junta para virem ter connosco, coisa que não foi feita nos outros PDM's. É pela primeira vez, segundo dizem os Técnicos do Município, que estamos a ouvir as Juntas de Freguesia.

Nós temos um estudo pormenorizado, pelo menos temos a base de dados sobre aquilo que está registado como estruturas de água e saneamento realizadas pela Câmara Municipal e portanto, temos esse estudo.

Quando o Senhor Presidente de Junta de Abambres *José Cabanas* quis dizer para se propor todas as Propostas das Juntas, nós até podemos propor e naturalmente que vamos propor, podem é não ser aceites no Conselho, nem pela Coordenação, por isso é que eu estava a explicar todas estas situações.

De qualquer forma também gostava de referir que esta ideia de levar à Comissão Permanente a Equipa do PDM e a empresa consultora que está a fazer a Revisão do PDM, era importante para esclarecer todas as dúvidas.

Naturalmente que vamos acentuar estes contactos com as Juntas de Freguesia, por causa dos perímetros e estamos a estudar e a fazer o melhor que podemos, para promover o desenvolvimento e a coesão territorial.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Tem-se falado no PDM, penso que é um assunto demasiado importante, temos falado aqui "ao de leve" nesse assunto e a mim o que me ocorre, eu não sabia desta redução da área, tive conhecimento hoje, eu acho que isto é mais uma machadada, uma machadada não é para interior, eu costumo dizer que as aldeias são o interior do interior, o interior é em Mirandela, nós as aldeias somos o interior do interior e, isto é mais uma machadada.

Quando todos os dias ouvimos nos telejornais em fóruns, que temos que acabar com o despovoamento, etc etc, etc, é mais uma machadada e isto a mim ofende-me, porque no caso concreto de São Pedro Velho, eu conheço duas pessoas que queriam construir, neste caso não podiam porque não estava no antigo PDM por uma questão de 1m, ou 1,5m não estava, então agora com esta decisão é de vez que ficamos sem gente, temos tanta dificuldade em conseguir trazer gente para as aldeias. Eu sempre que há um casal que consigo trazer para São Pedro Velho para mim é uma grande vitória e as pessoas, se calhar não significa nada para eles, mas para quem vive nas aldeias é uma vitória extremamente importante.

A Câmara Municipal não tem esse poder de decisão, mas a Câmara Municipal é que tem de se fazer ouvir, porque os Presidentes de Junta pelos vistos não têm força nenhuma, não temos força nenhuma e esta é mais uma prova que é mais uma machadada que os Presidentes de Junta não têm força nenhuma de facto e lamento muito isto, porque só quem vive nas aldeias é que sabe o que é que isso representa. É afastar cada vez mais as pessoas das aldeias, quando o que se ouve na televisão é precisamente o contrário.

Outro assunto que eu estranho, mas para isso dirijo-me diretamente aos Presidentes de Junta, vocês têm que ser unidos porque, ninguém vos ouve, nós estamos mesmo no interior do interior e se não forem unidos, seja de que Bancada forem, esqueçam, sabem que as prioridades são sempre para a cidade, se os Presidentes de Junta não forem unidos vocês são Presidentes de Junta, não são Presidentes de Junta PS, ou Presidentes de Junta PSD, ou Presidentes Junta Independentes, são Presidentes de Junta e têm que ser unidos e têm que falar numa só voz e eu gostava que fizessem intervenções neste sentido.

Outro assunto também que me preocupa, falando concretamente da Feira do Vinho e do Morango de São Pedro Velho, como sabem, demorou muito, custou muito a conseguir trazer lá milhares e milhares de pessoas e neste momento penso que a Feira conseguiu crescer, porque houve sempre o apoio logístico da Câmara Municipal, concretamente São Pedro Velho nunca recebeu nenhum subsídio, o que recebia era o apoio logístico, as barraquinhas e os *stands*, segundo sei, neste momento não vai haver apoio em termos de *stands*, ou seja, é a morte da Feira, é a morte da Feira de São Pedro Velho, não sei se na Feira da Alheira vai acontecer o mesmo, ou se não vai haver *stands*, se a Câmara Municipal não vai comprar os *stands* para os expositores.

São Pedro Velho tinha neste momento cerca de 60 expositores, se não houver participação, ajudas da Câmara Municipal é o fim, é mais uma machadada para as aldeias e eu gostava que os Presidentes Junta que têm Feiras, que são 14 ou 15, segundo ouvi, não ouvi ninguém manifestar-se, vocês é que têm de falar, nem deveria ser eu, deviam ser os Presidentes de Junta a manifestarem-se. É mais uma machadada, é o PDM, são as Feiras e outras quantas.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Desde já agradeço a oportunidade que me deram, venho cá única e simplesmente por causa do PDM, porque estou um pouco assustada, não só pela redução e por tudo que vem tirar às nossas aldeias, só que durante a discussão deu-me a impressão que já se reuniu com todas as Juntas de Freguesia, é verdade que eu já reuni, mas também é verdade que só tratamos de duas aldeias e eu quero que, não sei o que vai acontecer com o Pai Torto e os Eivados, porque o que apresentaram e diga-se de passagem, havia dados que não estavam muito corretos em relação à aldeia de Suções, porque há uma rua bastante grande logo à entrada que tem infraestruturas e aparecia lá como que não tivesse infraestruturas, foi resolvido o problema com a Dr.^a *Maria Gouveia*, chegamos à conclusão que tem infraestruturas, que é urbanizável, fizemos os acertos, mas qual não foi meu espanto quando chega ao fim e diz: “Terminamos”. Não, não terminamos, porque a Freguesia de Suções tem quatro aldeias e ainda só falamos de duas. Não falamos nem de Pai Torto, nem dos Eivados.

Logo a seguir tivemos uma reunião por causa de outros assuntos e um Técnico da Câmara Municipal perguntou se não tínhamos já falado disso, foi uma reunião que eu estive presente e que estava também o Senhor Vereador *Vítor Correia*, em que eu disse que não tínhamos terminado, porque a Freguesia de Suções tem quatro aldeias e só falaram de duas, Pai Torto e os Eivados não entraram na discussão e eu quero que isto fique registado e não quero que essas duas aldeias da minha Freguesia sejam esquecidas, ou que seja tomada qualquer resolução sobre essas duas aldeias que eu não tenha conhecimento e que venha a saber por terceiros.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostei das intervenções. Dizer que relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, obviamente que eu julgo que todos nós ouvimos os Presidentes de Junta. Todos nós ouvimos os Presidentes de Junta. Agora, nós próprios, Presidentes de Câmara também reclamamos que ninguém nos ouve, nas reuniões que temos com o Governo, porque efetivamente nem sempre aquilo que nós temos a expectativa que aconteça, se consegue que venha acontecer. Portanto, não seria normal nós apostarmos tanto na coesão territorial ou reclamarmos tanto a Lisboa a coesão territorial para os nossos territórios e nós próprios não dessemos o exemplo na questão da repartição igualitária e também de ouvir os Presidentes de Junta e as suas preocupações. Mas há determinadas situações que ultrapassam a nossa capacidade de resolução. Obviamente que estamos todos preocupados com o PDM, estamos todos preocupados com a redução dos perímetros urbanos e, eu volto a dizer, eu para além da preocupação dos perímetros tenho muita preocupação com as casas que estão desabitadas, abandonadas que merecem esse investimento e temos que apostar na reabilitação das nossas aldeias.

Como digo, não só a preocupação real com as infraestruturas que realmente já existem ou aquelas que queremos vir a fazer, mas evidentemente devemos apostar também na identificação de todas as casas, dos proprietários, tentar o contacto e criar infraestruturas, ou investimento privado ou através da Estratégia Local de Habitação, que vocês identificaram alguns proprietários, possam servir de habitação a custo acessível e habitação social.

Este é um programa que está na ordem do dia. Tem havido muita discussão sobre o que são as casas para alojamento local, mas nas nossas aldeias não temos esse problema, temos o problema de muitas famílias, muitas delas que emigraram, outras que estão fora do concelho e que as heranças indivisas que vão deixando a degradação do património. Portanto, esse é um problema e é um problema tão grande ou maior do que a questão do PDM, porquê? Porque ao estarmos a alargar o perímetro urbano também estamos a não investir nos centros das aldeias, que são naturalmente as localizações mais interessantes e mais atrativas, sob o ponto de vista turístico.

Relativamente à Feira do Vinho e do Morango, São Pedro Velho sempre teve apoio logístico da Câmara Municipal de Mirandela. Existe aqui uma vontade expressa de que todas as Juntas de Freguesia, e já houve uma reunião nesse sentido, fizessem um apoio para em vez de estarmos a alugar estruturas, que são caríssimas e cada ano que passa mais caras se tornam, termos estruturas próprias que possam ser deslocalizadas quando há eventos em várias aldeias. Nós estamos, neste momento, a abrir um concurso, vamos abrir concurso para um carpinteiro e, portanto, teríamos forma de as manter.

Não existe concordância entre todas as Juntas de Freguesia. Obviamente, aquelas que têm feira podem concordar com essa aposta, as que não têm feiras não concordam. Portanto, a Câmara Municipal vai reservar uma verba para, pelo menos, comprar alguns *stands* para ficarmos já com reserva, porque se nós durante estes anos todos, apesar de nestes dois últimos anos com a companhia não houve realização de feiras, se no passado tivéssemos feito investimento, se todos os anos comprássemos algumas, já tínhamos em número suficiente para algumas feiras. É por aí que vamos tentar caminhar para apoiar a realização destes eventos que são fundamentais em todas as nossas aldeias.

Relativamente à Senhora Presidente de Junta *Lúsa Deimãos*, naturalmente que vai ser chamada para terminar as reuniões. O tema do PDM é um tema muito denso, é um tema importante. É um instrumento de gestão territorial que é muito importante. Se tivéssemos capacidade de tomar sempre as melhores decisões, as melhores propostas e as nossas propostas fossem todas aprovadas, acreditem que o que nós propomos é sempre o mais favorável para o desenvolvimento de todo o concelho, mas nem sempre conseguimos.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa registou previamente duas inscrições, sendo a primeira intervenção por parte do munícipe *Manuel Brízido* que manifestou prévia e expressa não autorização para a transmissão em direto da sua participação nesta Sessão da Assembleia Municipal, pelo que peço aos serviços de transmissão online e em direto da Assembleia Municipal que interrompam temporariamente a respetiva da transmissão.

----- O Senhor Munícipe *MANUEL BRÍZIDO* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, já vim por este meio tentar, mais do que uma vez, junto da Senhora Presidente sem manifestar vontade própria de resolver a situação do Parque Bairro do Tua Sol.

Deveria debruçar-se mais sobre o assunto e colocar na sua cabeça que há duas pessoas que estão a sofrer consecutivamente sem necessidade. Sei que a Senhora não tem vontade própria de resolver o assunto e é por essa razão que isto continua ainda como está.

Senhor Presidente, vou dizer aqui e vou definir em duas palavras. A Senhora Presidente define-se em duas palavras: ingrata e vingativa.

É o que nos está a fazer a nós, pelo facto de que em 2021...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não pode ser admitido menções dessa natureza na sua intervenção Senhor *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Munícipe *MANUEL BRÍZIDO* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que em 2021 não concordamos em que realmente apoiássemos a Senhora Presidente e lhe dessemos os nossos votos, por isso, estamos a levar com esta medida que é uma medida grande que nos está a fazer.

Senhor Presidente, não percebo como é que aqui tão perto, Carrazeda e Vila Flor, compram várias coisas e têm dinheiro para tudo e mais alguma coisa e até no mês de julho tive o privilégio de privar com alguém de Vila Flor que tinham um saldo positivo de 3.500.000,00 € e aqui em Mirandela têm saldos negativos.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente lida mal com a realidade. Devia haver uma lei que obrigasse quando se vem a uma Assembleia e se colocam perguntas serem obtidas as respostas.

Senhor Presidente, o Senhor bem sabe que, por conhecimento próprio, que a minha mulher está a sofrer cada vez mais com problemas, que estão relacionados com a tirolesa e isto é desagradável.

Há dias o Senhor Engenheiro da Bricantel deslocou-se ao Parque Bairro Tua Sol, ele a Senhora Engenheira *Noémia*, onde é que o Senhor Engenheiro da Bricantel disse: “Desconhecia que o equipamento fizesse o barulho que faz, mas só resta uma coisa a fazer à Senhora Presidente. Para não serem, neste caso, vocês os incomodados, retirar o mesmo e colocar outro tipo de equipamento”.

Senhor Presidente, a paciência tem limites. A Senhora Presidente não quer resolver em retirar o equipamento. Só nos resta uma coisa: Vamos aderir à justiça. Embora que a justiça é longa e lenta e, nessa altura, quando a situação estiver resolvida, a Senhora espero bem que já não fará parte desta Câmara Municipal de Mirandela.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente disse para alguém que nós nos havíamos de saturar e cansar, mas vou-lhe dizer: Se vai por aí, “tire o cavalinho da chuva”, porque isso não vai acontecer. Iremos até às últimas consequências. Iremos para a justiça e na justiça vamos lá resolver o problema.

Agora, tenho aqui algo que consegui tirar na Internet que vou passar a ler: “Os espaços de jogo e o recreio não devem estar localizados junto de zonas ambientalmente degradadas ou sem condições de drenagem adequadas, nem junto de zonas exteriores utilizadas para carga, descarga ou depósito de matérias e produtos, ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte o bem-estar das pessoas.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor *Manuel Brízido*. No respeito pela sua intervenção e no respeito por todas as intervenções por parte dos Senhores munícipes nesta Assembleia Municipal e porque foi feita uma chamada de atenção à intervenção do Senhor *Manuel Brízido*, importa esclarecer cabalmente aquilo que diz a Lei e o Regimento. “Qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, não sendo admissíveis intervenções puramente políticas.” É o que determina a Lei, logo, não pode ser utilizada a adjetivação que foi utilizada nem outro tipo de juízo de valor. Foi só para enquadrar a chamada de atenção.

Passamos à inscrição seguinte, da Senhora munícipe *Fernanda Ferreira*, que expressou prévia autorização para a transmissão em direto da sua participação, pelo que a transmissão pode ser retomada e prosseguir.

----- A Senhora Munícipe *FERNANDA FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Dirijo-me a esta assembleia enquanto Presidente da Associação “Amar Eva”, uma associação sem fins lucrativos, que foi fundada a 24 de junho de 2022, e que pretende criar fóruns de discussão; ações de sensibilização; capacitação e conceção de recursos com pertinência na divulgação e disseminação de informação relevante inerente a temas de promoção de igualdade e não discriminação, tentando ir ao encontro da estratégia nacional para a igualdade e não discriminação 2018-2030 “Portugal + igual”, aprovada pelo XXI Governo Constitucional a 8 de março de 2018, publicado em Diário da República na Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio.

Desta associação já foi o Senhor Presidente desta Assembleia informado e convidado a participar em uma iniciativa, no *mail*, por mim enviado, no dia 07 de fevereiro.

Hoje, aqui nesta Assembleia, foi abordado o tema da Assembleia de jovens.

Grande parte dos que estão aqui presentes sabe que eu, *Fernanda Ferreira*, fui a mentora da primeira e única Assembleia de crianças e jovens que se realizou em Mirandela.

Na altura, para além de ser Deputada nesta Assembleia, também pertenci à primeira Comissão Permanente da Assembleia Municipal, onde foi idealizado e aprovado, entre outras coisas, o logo que esta assembleia ainda hoje usa. Já se passou quase uma década!

E é como mentora e como Presidente da Associação Amar Eva, e porque acredito que se devem criar redes e parcerias, que venho aqui oferecer o meu contributo para junto com esta Assembleia poder ajudar a formalizar e idealizar a tão pretendida e necessária Assembleia de jovens.

Vivemos tempos difíceis na educação e caminhamos a passos largos numa revolução tecnológica que nos ultrapassa a alguns, mas que é já uma realidade.

Falar de meta verso não é um dos temas da ordem de trabalhos desta Assembleia, neste momento, mas poderá ser o espaço virtual para a realização destas, a longo prazo.

E de que vale tanta informação tecnológica se os nossos jovens não a souberem usar?

Preparar uma Assembleia de crianças e jovens pressupõe, acima de tudo, que seja um espaço de debate em torno de uma necessidade iminente.

No nosso interior transmontano os jovens não têm muitos espaços de diálogo e partilha sobre temas tão basilares como, por exemplo, os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) que definem as prioridades e aspirações globais para 2030 em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir.

Levar os jovens a pensar em um ou vários dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são, a visão comum para a Humanidade e um contrato social, entre os líderes mundiais e os povos, poderia ser um ponto de partida, uma temática e um objetivo, em que os jovens se queressem implicar e certamente um plano para o sucesso, quer na contribuição dos jovens nas políticas locais, quer dando-lhes a oportunidade de visibilidade nacional e, quem sabe, levar a que futuramente pudéssemos ver o impacto mundial, num tema em que um jovem teve a primeira abordagem aqui.

“O que dermos aos jovens hoje, eles nos darão no futuro a nós”.

E é com este lema, e tentando ultrapassar dogmas, que acredito que todas as Bancadas, serão capazes de deixar os interesses políticos egoístas de lado e se unirem para pensar em que tipo de jovens nós estamos a formar.

E, de quem é a responsabilidade de tantas críticas que se apontam a esses mesmos jovens?

Estaremos nós, adultos, realmente implicados na formação humana dos nossos jovens? Deixo aqui o meu contributo e o meu alerta. Muito obrigada pela vossa atenção.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções. Duas intervenções diferentes, duas perceções diferentes.

Relativamente ao Senhor munícipe *Manuel Brízido*, o Bairro Tua Sol e o Parque Infantil, eu escuso-me de fazer comentários sobre os adjetivos. Lamentavelmente, o munícipe *Manuel Brízido* tem esta situação que gostaria de ter sido e foi um dos principais motivadores do Parque Infantil, mas existe ali um pequeno/grande conflito entre aquilo que é o equipamento infantil e aquilo que é a perceção que a vizinhança tem.

Nós temos, em todo o concelho, problemas de ruído motivados por vários estabelecimentos. Sou sincera, desde 2017 é o primeiro problema que temos por parques infantis no concelho. Já estive a pensar e a falar com os colegas se havia sempre queixas. Efetivamente desconhecem-se queixas nesta matéria relativamente a parques infantis, até porque têm horário de funcionamento diurno e aquilo que mais incomoda é sempre o ruído noturno. Ou seja, o que aqui está em causa, e é uma questão que temos que falar com o Senhor Comissário, é se efetivamente o ruído causado tem a ver com ruído noturno e que não é cumprido o período de funcionamento do próprio parque, sabendo nós que sendo um parque infantil é para crianças e, portanto, naturalmente que as crianças têm horários noturnos muito limitados.

O que mais motiva queixas de ruído são sempre estabelecimentos onde estão jovens em divertimentos, em diversões, jovens e menos jovens, até altas horas da madrugada.

Portanto, sou sincera, relativamente a esta questão do parque infantil, todos têm dificuldade em perceber a questão do ruído. Sendo uma questão de ruído noturno, então há alguém que não está a cumprir o horário de funcionamento do parque, que não são naturalmente crianças ou em princípio não serão crianças. Se é o próprio parque, a Câmara tinha aquela área de cedência, todos os moradores quando escolheram o próprio lote sabiam que aquilo era uma área para um equipamento público e, portanto, foi construído ali um parque infantil com investimento da Câmara Municipal.

Já foram feitas reuniões, já foram partilhadas aqui as reuniões que foram feitas e a vontade da maioria ou de praticamente todos os moradores. Portanto, os serviços de ambiente que fazem a gestão de todos os parques infantis do concelho encontraram como solução a construção de um muro de separação entre aquilo que é o equipamento público e aquilo que é a propriedade privada. E é isso que vamos construir, criando uma barreira de som para a propriedade privada.

Relativamente aos outros Municípios do Distrito ou fora do Distrito, como sabe, Senhor *Manuel Brízido*, cada um tem a tesouraria que tem, umas dívidas que tem que ser ingeridas por todos e, portanto, não faço essa comparação naturalmente.

Aquilo que lhe posso dizer é que a Câmara está empenhada em encontrar soluções. Precisamos evidentemente de perceber se é ruído noturno, se é ruído diurno. Tendo horário de funcionamento até às 23 horas no verão parece-me que está mais que justo para o descanso de todos. Se é um problema de utilização indevida do parque, obviamente têm que ser as autoridades de segurança a fazer a utilização. Mas, sendo um equipamento onde estão crianças, parece normal e habitual que não seja a horas indevidas.

Relativamente à Senhora Professora *Fernanda Ferreira*, agradecer a participação. O projeto “Amar Eva” é muito interessante, é um projeto em comunidade e agradecemos também a possibilidade deste apoio na Assembleia de jovens, que está perspetivada a acontecer e está a ser preparada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Muito obrigado, Senhora Presidente. Com isto, concluo e encerro os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, desejando a todos um excelente fim-de-semana e saudá-los até abril. Muito obrigado a todos.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 16 horas e 30 minutos.

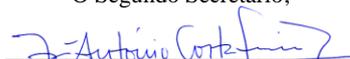
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira